



Para onde vai o seu dinheiro 8

VERSÃO SIMPLIFICADA DO PARECER PRÉVIO
DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

CONTAS DO GOVERNO — EXERCÍCIO 2009

Ricardo



Para onde
vai o seu
dinheiro 8



Para onde vai o seu dinheiro 8

Versão simplificada do Parecer Prévio
do Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contas do Governo — Exercício 2009
(Conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Diretoria-Geral de Planejamento e Administração
Divisão de Publicações

SUPERVISÃO Conselheiro César Filomeno Fontes
PROJETO EDITORIAL All Press Comunicação Estratégica Ltda.
EDIÇÃO Déborah Almada (RS 5899/JP)
TEXTOS Rogério Kiefer (SC 1109/JP)
CONSULTORIA TÉCNICA Luiz Carlos Wisintainer (coordenador)
Débora Cristina Vieira
Neuza Vieira Schnorrenberger
Sidney Antônio Tavares Jr.
Walkiria Machado Rodrigues Maciel
REVISÃO GRAMATICAL Valdelei Rouver
ILUSTRAÇÕES Ana Paula Goes
PLANEJAMENTO GRÁFICO Ayrton Cruz

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SÍLVIA M. BERTÉ VOLPATO CRB 14/408

S231 Santa Catarina. Tribunal de Contas. Para onde vai o seu dinheiro 8: versão simplificada do parecer prévio do Tribunal de Contas de Santa Catarina: contas do governo – exercício 2009. – Florianópolis : Tribunal de Contas de Santa Catarina, 2010.

76p.

1. Administração pública – contas. 2. Tribunal de Contas – parecer. I. Título.

CDU 35(816.4)

PEDIDOS DESTA PUBLICAÇÃO publicacoes@tce.sc.gov.br

Sumário

- 6 Apresentação
- 8 O que é o *Para onde vai o seu dinheiro*
- 10 **Capítulo I** Recursos aplicados nas áreas de saúde, educação e segurança pública
- 24 **Capítulo II** Avaliações especiais
- 30 **Capítulo III** O equilíbrio das contas públicas
- 38 **Capítulo IV** Como foram os gastos das estruturas descentralizadas
- 50 **Capítulo V** Lei determina repasses para manutenção dos Poderes e órgãos
- 62 **Capítulo VI** Parecer do Tribunal

Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) completou 55 anos em 2010. O momento é especial. Dando continuidade a um processo iniciado pelo então presidente Salomão Ribas Jr., estamos construindo o prédio da nova sede da entidade. A estrutura permitirá que nossos técnicos e conselheiros desempenhem cada vez melhor suas atividades e possam cumprir o grande desafio que é fiscalizar adequadamente os gastos públicos.

Ao mesmo tempo, desenvolvemos outras ações inovadoras e que merecem destaque: a edição do gibi *No Fim das Contas...* e o lançamento do *Projeto TCE/SC na Escola*. São iniciativas que buscam popularizar o assunto contas públicas junto ao público adolescente e alinhadas a forma mais moderna de encarar a atuação das Cortes de Contas. Além de fiscalizadoras, as entidades organizadas são cada vez mais orientadoras dos gestores públicos e formadoras de indivíduos conscientes da importância da vigilância sobre as despesas feitas com re-

ursos arrecadados por impostos. O preceito que serve de base a essa filosofia é simples: o olhar atento de cada contribuinte, que é o dono do recurso público, é auxiliar importante para melhorar a qualidade das despesas e combater os desvios.

Pode-se dizer que, em Santa Catarina, a criação e a consolidação do projeto do *Para Onde Vai o Seu Dinheiro* foi um passo inicial importante nessa direção. Em 2010 chegamos a oitava edição da cartilha. Mais uma vez, como nas oportunidades anteriores, a intenção dos responsáveis pelo projeto foi transformar um tema árido em assunto compreensível e até atrativo.

Para isso, além de recursos gráficos e linguagem simplificada, o relator das contas, conselheiro César F. Fontes, pediu atenção redobrada à seleção dos temas. A segurança, a educação e a saúde, por exemplo, abrem a publicação. São assuntos essenciais para a vida do catarinense e que permitem a todos os cidadãos ver que há relação direta entre os gastos do governo e a qualidade de vida da população. Afinal só quem tem a consciência plena da relação entre arrecadação, gasto público e serviços eficientes pode assumir o papel de agente crítico e fiscalizador da atuação de seus representantes no governo.

Conselheiro Wilson Wan-Dall
Presidente do TCE/SC

O que é o *Para onde vai o seu dinheiro*

A Constituição Federal determina que todo ano os governantes — prefeitos municipais, governadores dos estados e o Presidente da República — têm que prestar contas à sociedade. Essas contas são julgadas pelos seus representantes eleitos. Ao Tribunal de Contas cabe auxiliar o Poder Legislativo nesta missão, através da emissão de um Parecer Prévio.

O Parecer Prévio é uma análise técnica da gestão do dinheiro público, mas deve opinar por recomendar a aprovação ou rejeição das contas. O Parecer, submetido à apreciação dos Conselheiros do Tribunal por um Relator, contém também ressalvas e recomendações formuladas com intuito de melhorar a atuação dos gestores públicos. No plano estadual, o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas é composto de um Relatório Técnico, que analisa detalhadamente o Balanço Anual remetido pelo Poder Executivo, e do Relatório do Relator.

Este documento, o *Para onde vai o seu dinheiro*, destina-se a apresentar em linguagem acessível um resumo das contas pres-

tadas pelo Governador do Estado. Trata-se, portanto, de uma síntese do relatório técnico e da decisão do Tribunal de Contas do Estado sobre a arrecadação e aplicação (recolhimento dos tributos do público, gastos e investimentos governamentais) durante o exercício de 2009.

Assim, há explicações e demonstrativos da origem do dinheiro arrecadado pelo Governo e outros mostrando onde foi gasto esse dinheiro. Fica-se sabendo de onde vem e para onde vai o seu dinheiro, isto é dinheiro que as pessoas e empresas entregam ao Governo para aplicar na promoção do bem-comum.

Também é possível ver se os limites mínimos e máximos fixados pela Constituição foram cumpridos. Por exemplo, os limites mínimos de aplicação nas áreas da educação e da saúde e os máximos para gastos com pessoal.

A ideia é cumprir o mandamento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que coloca a versão simplificada da prestação de contas de Governo como um instrumento da transparência — pressuposto da gestão fiscal responsável!

Além de melhorar a comunicação entre o Tribunal e a opinião pública, este instrumento oportuniza o exercício do controle social das políticas públicas pelo verdadeiro dono do dinheiro: você.

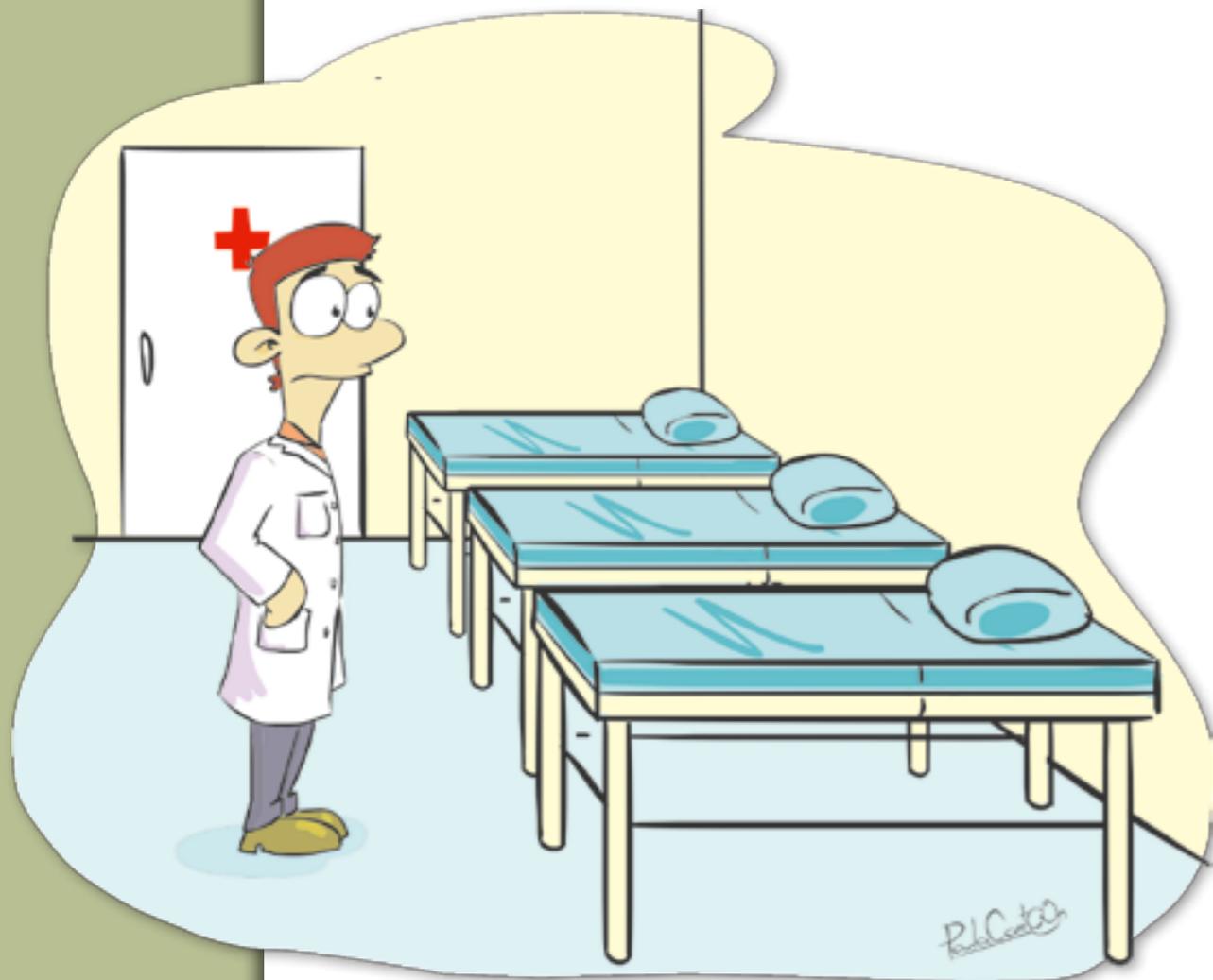
Até agora, sabemos que este documento tem sido útil para muita gente: estudantes, pesquisadores, parlamentares, administradores públicos, jornalistas e todos os que se interessam pelos dados e informações das contas públicas.

Esta é a oitava versão do *Para onde vai o seu dinheiro*, uma iniciativa pioneira do Tribunal de Contas de Santa Catarina.



Recursos aplicados nas áreas de
saúde, educação e segurança pública

Saúde, educação e segurança pública figuram entre as grandes preocupações dos brasileiros. A oferta desses três serviços também aparece entre as atribuições básicas do Estado. Por isso, ao analisar a Prestação de Contas do Governo, o Tribunal procura verificar atentamente o que se passa nessas áreas.



Saúde

A avaliação dos dados de 2009, por exemplo, permite ver que mais da metade dos médicos contratados pelo Governo catarinense (57,17%) trabalham na capital ou na vizinha São José. Em Joinville estão 15,62% dos profissionais. Para atender a todos os outros 290 municípios catarinenses restam então 27,21% dos médicos que prestam serviço ao Estado.

A concentração é ainda maior em algumas especialidades. Dos 130 anesthesiologistas vinculados à Secretaria Estadual de Saúde, 52 estão em Florianópolis, 31 em Joinville e 30 em São José — restando 17 para outras cidades. Também é grande a concentração dos cirurgiões gerais (88 no Estado, 79 nas três cidades citadas) e dos cirurgiões pediátricos (todos os 11 profissionais atuam em Joinville, Florianópolis ou São José).

O Parecer Prévio sobre as contas do Governo traz informações também sobre os investimentos feitos no setor. A Constituição determina que o Estado aplique 12% de suas receitas em saúde. Em 2009, feitos todos os cálculos necessários para estabelecer o parâmetro a seguir, o gasto catarinense com ações de saúde deveria ser de R\$ 1,01 bilhão. Em vez disso, os gastos foram de R\$ 924,18 milhões, representando 10,79%.

A maior parte do recurso — R\$ 889,99 milhões — foi aplicado por meio do Fundo Estadual de Saúde. Os R\$ 34,18 milhões restantes foram aplicados pelo Fundo Penitenciário de Santa Catarina, pelo Fundo de Melhoria da Polícia Militar, pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica (Fapesc), pela Procuradoria-Geral do Estado, pela Fundação Udesc e pelas 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado.

Em R\$

DESPESAS REALIZADAS NA FUNÇÃO SAÚDE

UNIDADE	VALOR
160095 — Fundo Penitenciário de Santa Catarina	504.955,06
160097 — Fundo de Melhoria da Polícia Militar	324.075,37
270024 — Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica (FAPESC)	140.238,00
410022 — Procuradoria-Geral do Estado	193.932,00
450022 — Fundação UDESC	357.539,29
600001 — SDR Itapiranga	257.731,03
610001 — SDR Quilombo	423.435,74
620001 — SDR Seara	241.564,25
630001 — SDR Taió	704.920,00
660001 — SDR Timbó	1.500,00
670001 — SDR Braço do Norte	445.016,59
700001 — SDR São Miguel do Oeste	499.436,39
710001 — SDR Maravilha	557.790,48
720001 — SDR São Lourenço do Oeste	644.169,79
730001 — SDR Chapecó	421.969,04
740001 — SDR Xanxerê	830.072,61
750001 — SDR Concórdia	247.588,89
760001 — SDR Joaçaba	682.408,75
770001 — SDR Campos Novos	88.000,00
780001 — SDR Videira	565.314,69
790001 — SDR Caçador	801.361,16
800001 — SDR Curitiba	116.638,19
810001 — SDR Rio do Sul	450.137,94
820001 — SDR Ituporanga	1.120.847,23
830001 — SDR Ibirama	2.489.581,76
840001 — SDR Blumenau	270.987,66
850001 — SDR Brusque	1.257.669,88
860001 — SDR Itajaí	1.916.228,38
870001 — SDR Grande Florianópolis	411.263,68
880001 — SDR Laguna	380.525,79
890001 — SDR Tubarão	595.787,26
900001 — SDR Criciúma	1.853.523,85
910001 — SDR Araranguá	718.971,23
920001 — SDR Joinville	6.479.441,02
930001 — SDR Jaraguá do Sul	218.064,08
940001 — SDR Mafra	949.859,57
950001 — SDR Canoinhas	863.820,63
960001 — SDR Lages	3.821.941,20
970001 — SDR São Joaquim	731.928,36
980001 — SDR Palmitos	94.612,64
990001 — SDR Dionísio Cerqueira	514.413,10
TOTAL DESCENTRALIZADO	34.189.262,58
480091 — Fundo Estadual de Saúde	889.991.648,24
TOTAL GERAL	924.180.910,82

O TCE/SC buscou detalhar ainda a destinação dos recursos. Em 2009, a maior parte do recurso — R\$ 541,18 milhões — foi destinada à chamada Gestão Administrativa do setor. Os gastos com pessoal, por exemplo, consumiram R\$ 403,18 milhões. Nesse item entram ainda gastos com serviços de terceiros, entre outros.

Também houve destinação significativa de recursos para outros programas. A descentralização da saúde de alta e média complexidade recebeu R\$ 309,64 milhões e a chamada Estratégia da Saúde da Família, R\$ 56,69 milhões. Fatias menores foram destinadas aos programas Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde (R\$ 6,69 milhões), Vigilância em Saúde (R\$ 6,35 milhões), Governança Eletrônica (R\$ 2,89 milhões) e Novos Valores (R\$ 699 mil).

Mais adiante vão ser detalhadas as ações que se enquadram no programa de descentralização de alta e média complexidade. Antes, porém, vale identificar melhor os programas que receberam menos recursos.

Fontes: Relatório Execução Orçamentária na Função 10 (saúde) fonte de recursos 0100, por unidade gestora — exercício 2009 — SIGEF. Demonstrativo da Descentralização de Créditos efetuados pelo Fundo Estadual de Saúde para outras Unidades Orçamentárias do Estado — exercício 2009 — SIGEF.

PROGRAMAS QUE RECEBERAM MENOS RECURSOS

PROGRAMA	OBJETIVO	VALOR APLICADO (R\$)
Estratégia de saúde da família	Ampliar a cobertura do programa de saúde da família e institucionalizar mecanismos de avaliação dos resultados alcançados	56,69 milhões
Educação Permanente para o SUS	Estabelecimento de política de aperfeiçoamento contínuo para qualificar os trabalhadores de acordo com as necessidades do SUS	6,69 milhões
Vigilância em Saúde	Reforçar as ações de vigilância à saúde para controle e combate de epidemias e proteção de grupos vulneráveis	6,35 milhões
Governança Eletrônica	Uso de tecnologia de informação e comunicação para melhoria da gestão na área de saúde	2,89 milhões
Novos Valores	Oferta de postos de trabalho a estudantes	699 mil



Como já foi dito, a expansão e descentralização do atendimento de média e alta complexidade recebeu recursos significativos. O programa pretende melhorar a estrutura de atendimento a urgências, regionalizar a oferta de tecnologia de maior complexidade e ampliar o sistema estadual de transplantes.

Para avaliar na prática o que foi feito, o TCE/SC acompanhou um indicador específico e fundamental: a expansão da oferta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Estado. A Organização Mundial de Saúde (OMS) relaciona os dados populacionais ao número de leitos hospitalares e leitos de UTI existentes em determinada localidade. Com 6,11 milhões de habitantes, Santa Catarina deveria ter 612 leitos de UTI. Em vez disso tinha, em 31 de dezembro de 2009, somente 572 leitos habilitados pelo Ministério da Saúde — um déficit de 40 unidades.

Para diminuir essa carência foi planejada a criação de novos leitos. Houve aumento no número de leitos oferecidos em Joinville, na Grande Florianópolis e em Mafra. Não ocorreram as expansões previstas em Canoinhas, Criciúma, Ibirama, Maravilha e Chapecó.



Educação

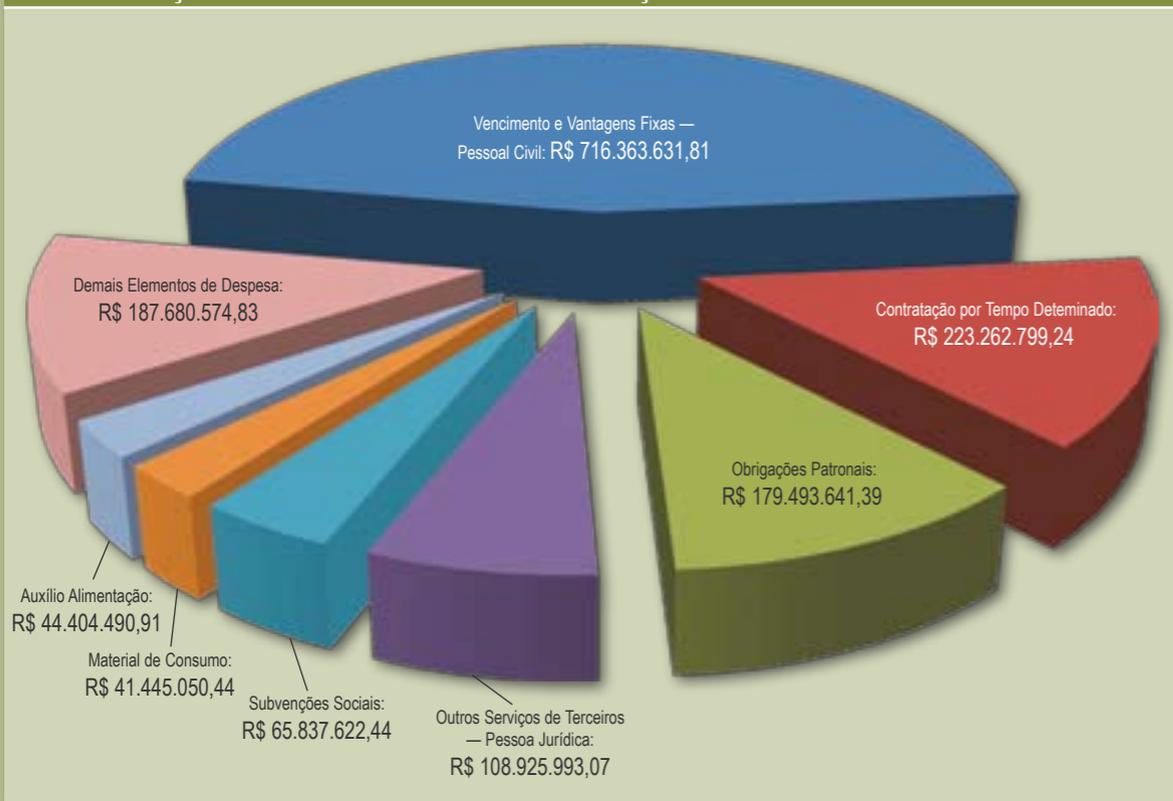
A educação é outra função de Governo para a qual há recursos garantidos pela Constituição. Em 2009, o Estado deveria ter aplicado R\$ 1,99 bilhão na área. Em vez disso destinou R\$ 1,82 bilhão. A maior parte do dinheiro, R\$ 1,15 bilhão, foi aplicada pela Secretaria de Estado da Educação, principalmente no ensino fundamental e médio. Também foram feitos investimentos significativos pela Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (R\$ 166,54 milhões) e pelas secretarias de Desenvolvimento Regional (R\$ 163,83 milhões).

Santa Catarina tinha em 2009, segundo o Censo Escolar, 1.546.857 estudantes do ensino infantil, fundamental, médio, profissional e es-

pecial. Desses, 199.370 frequentavam instituições privadas e 9.441, federais. O restante estava dividido quase meio a meio entre a rede municipal (658.585) e a estadual (679.461).

A maior parte do dinheiro gasto com educação é destinada ao pagamento de pessoal. São significativos os gastos com contratações de pessoal por tempo determinado, assim como serviços de terceiros, subvenções sociais, entre outras. A distribuição dos gastos em 2009 pode ser vista no gráfico abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO EM 2009



Além das despesas pagas com recursos do Governo do Estado, a educação básica recebe dinheiro do **Fundeb**. Em 2009, o fundo garantiu R\$ 1,26 bilhão para o Estado.

Segundo a lei, pelo menos 60% do valor devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (aí considerados os trabalhadores do ensino fundamental e médio, da educação de jovens e adultos e da Fundação Catarinense de Educação Especial). Em 2009, os gastos com pessoal do ensino fundamental pagos com dinheiro do Fundeb totalizaram R\$ 576,52 milhões (73,16% do total do fundo). Para o ensino médio foram destinados R\$ 249,93 milhões, para a educação especial, R\$ 65,87 milhões, e para a educação de jovens e adultos, R\$ 31,86 milhões. Tudo somado, o Fundeb garantiu R\$ 924,19 milhões para pagamento de salários do ensino básico, superando o percentual estabelecido em legislação.

O **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)** foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/06, de dezembro de 2006. O Fundeb recebe parcelas de uma série de receitas dos Estados e garante a aplicação de mais recursos no Ensino Fundamental, na Educação Infantil, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos.

Em R\$

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA — 2009

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 — Transferências de Recursos do FUNDEB (Retorno)	1.255.867.089,86
2 — Receita de Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados ao FUNDEB	7.355.012,43
3 — Recursos do FUNDEB (1+2)	1.263.222.102,29
4 — Valor a ser Aplicado em Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (60% de 3)	757.933.261,37
5 — Despesas Liquidadas com Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica	924.192.008,08
6 — Percentual aplicado em Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (5/3*100)	73,16%

Nota: ¹ Despesas liquidadas acrescidas das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, relativas à Função 12 — Educação (Fonte de Recurso (0131), conforme determinação contida no art. 1º, § 1º da Decisão Normativa nº TC-02/04, deste Tribunal.

Fonte: SIGEF — Relatório da Execução Orçamentária por Elemento de Despesa na Função Educação — dezembro/2009.

O ensino fundamental tem importância essencial para a formação de cidadãos e profissionais e por isso recebe a maior parte dos recursos destinados pelo poder público à educação. Mas, ao menos no caso catarinense, o Estado também tem a obrigação constitucional de destinar recursos para que instituições de ensino superior ofereçam bolsas de estudo. A destinação de recursos para as bolsas está prevista no art. 170 da Constituição Estadual. Em 2009, o Governo catarinense deveria destinar R\$ 99,6 milhões para o ensino superior. Em vez disso, repassou R\$ 35,59 milhões.

Em R\$

COMPARATIVO DO LIMITE OBRIGATÓRIO E APLICAÇÃO EFETIVA EM ENSINO SUPERIOR (ART. 170 DA CE) — EXERCÍCIO DE 2009

ESPECIFICAÇÃO	VALOR		
Impostos e Transferências Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências)	1.992.035.842,20		
Especificação	Despesa a Realizar (a)	Despesa Realizada (b)	Diferença (a-b)
Aplicação Mínima em Ensino Superior (5% da MDE)	99.601.792,11	35.587.629,17	64.014.162,94
Fundações Educacionais de Ensino Superior instituídas por lei municipal — art. 1º, I, da LCE nº 281/05 (4,500% da MDE) = 90%	89.641.612,90	32.028.866,25	57.612.746,65
Demais Instituições de Ensino Superior — art. 1º, II, da LCE nº 281/05 (0,500% da MDE) = 10%	9.960.179,21	3.558.762,92	6.401.416,29
Percentual de Participação	100,00%	35,73%	64,27%
Percentual Mínimo de Aplicação (5% da MDE)	5,00%	1,79%	3,21%

Fonte: SIGEF — Módulo Execução Orçamentária — Subfunção Ensino Superior na SED — Função Educação — dezembro/2009 e Lei Complementar estadual nº 281/05.

O Governo criou ainda um novo mecanismo de destinação de recursos para o ensino superior: o Fundo de Apoio à Manutenção e ao desenvolvimento da Educação Superior. Criado a partir do art. 171 da Constituição do Estado, determina que as empresas beneficiadas por incentivos fiscais ou financiamentos públicos para pesquisas devem destinar recursos para o fundo que garantirá a oferta de bolsas de estudos para alunos de cursos de graduação. Em 2008 e 2009 a receita arrecadada foi de R\$ 13,55 milhões. As aplicações efetivamente realizadas, porém, somaram R\$ 2,88 milhões.

Segurança

A segurança pública não tem o mesmo tratamento legal dado à saúde e à educação. Não há obrigatoriedade constitucional de um percentual mínimo em investimentos na área, mas a preocupação crescente do brasileiro com o tema coloca o assunto na ordem do dia. Santa Catarina teve em 2007 o menor índice nacional de homicídios — 11,3 para cada grupo de 100 mil habitantes. Contudo, entre 1997 e 2007 o número de assassinatos no Estado cresceu 52,3%, percentual bem maior do que o registrado no País, 17,8%.



Evitar que o problema se agrave ainda mais é tarefa que certamente vai exigir muito trabalho e investimentos. Em 2009, a Segurança Pública recebeu R\$ 1,38 bilhão segundo a prestação de contas do Governo. Nesse valor estão incluídos tanto os investimentos na área quanto os gastos com o custeio da estrutura de segurança do Estado (salários, diárias, treinamento, capacitação, entre outros).

A Polícia Militar recebeu R\$ 501,96 milhões e a Polícia Civil, R\$ 235,94 milhões. O Fundo Estadual de Defesa Civil, responsável pela coordenação dos trabalhos de recuperação das áreas afetadas por calamidades públicas, teve à disposição R\$ 112,84 milhões e o Fundo para Melhoria da Segurança Pública, R\$ 106,32 milhões.

Em R\$

DESPESAS REALIZADAS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA POR UNIDADE

UNIDADE	VALOR	%
Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão	33.678.875,21	2,44
Corpo de Bombeiros Militar	95.791.033,64	6,94
Polícia Civil	235.940.687,59	17,09
Polícia Militar	501.963.646,33	36,36
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	60.839.172,11	4,41
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	22.939.141,32	1,66
Fundo Rotativo Penitenciária Industrial de Joinville	189.616,10	0,01
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	106.323.248,59	7,70
Fundo Rotativo Penitenciária de Curitiba	391.435,45	0,03
Fundo Rotativo Penitenciária de Florianópolis	549.837,92	0,04
Fundo Rotativo Penitenciária Chapecó	947.090,90	0,07
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	74.698.842,88	5,41
Fundo Estadual da Defesa Civil	112.845.575,61	8,17
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	96.013.418,53	6,95
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	288.020,80	0,02
Fundo Especial da Defensoria Dativa	23.329.000,74	1,69
SDR Seara	140.320,11	0,01
SDR Timbó	146.892,80	0,01
SDR São Miguel do Oeste	68.998,17	0,01
SDR Chapecó	126.395,99	0,01
SDR Xanxerê	79.785,32	0,01
SDR Concórdia	273.918,72	0,02
SDR Caçador	178.233,24	0,01
SDR Rio do Sul	69.660,53	0,01
SDR Ibirama	79.948,84	0,01
SDR Blumenau	234.491,46	0,02
SDR Brusque	145.000,00	0,01
SDR Itajaí	216.646,40	0,02
SDR Grande Florianópolis	82.164,85	0,01
SDR Tubarão	30.637,05	0,00
SDR Criciúma	527.880,00	0,04
SDR Araranguá	165.000,00	0,01
SDR Joinville	9.513.861,06	0,69
SDR Jaraguá do Sul	389.728,75	0,03
SDR Mafra	37.074,11	0,00
SDR Canoinhas	60.362,85	0,00
SDR Lages	24.000,00	0,00
SDR Palmitos	92.285,76	0,01
DEINFRA	1.260.300,95	0,09
TOTAL	1.380.671.230,68	100,00

Fonte: Relatório Execução Orçamentária — Consolidado Geral — Função 06 — Segurança Pública — Por Unidade Gestora — Exercício 2009 — SIGEF/SC.

O TCE/SC auditou o programa de Reestruturação do Sistema Prisional, que teve despesas de R\$ 50,31 milhões no ano. Um quinto dos recursos — R\$ 10,22 milhões — foi destinado aos projetos de construção de um presídio em Itajaí e quatro Unidades Prisionais Avançadas — em Canoinhas, Brusque, Rio do Sul e Criciúma. Juntas, as estruturas vão garantir 669 novas vagas para detentos.

UNIDADE: EDIFICAÇÃO CONSTRUÍDA E/OU REFORMADA — SISTEMA PENAL

DESCRIÇÃO	CIDADE	CAPACIDADE ANTES DO PROJETO	CAPACIDADE APÓS O PROJETO (VAGAS)	VALOR (EM R\$)	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Construção da UPA (Unidade Prisional Avançada)	Canoinhas	unidade nova	76	278.009,27	Valor pago em 2009 referente à conclusão de obra
Construção da UPA (Unidade Prisional Avançada)	Brusque	unidade nova	76	9.926,41	Valor pago em 2009 referente à conclusão de obra
Construção da UPA (Unidade Prisional Avançada)	Rio do Sul	unidade nova	76	25.429,64	Valor pago em 2009 referente à conclusão de obra
Construção da UPA (Unidade Prisional Avançada)	Criciúma	unidade nova	76	145.000,00	Valor pago em 2009 referente ao início da obra
Construção da Penitenciária	Itajaí	unidade nova	365	9.769.293,34	Valor pago em 2009 referente ao início da obra
TOTAL				10.227.658,66	

O investimento no Sistema Prisional é necessário. Em 2009, segundo o Departamento de Administração Prisional (Deap), o sistema prisional catarinense abrigava 13.340 detentos — 12.330 homens e 1.010 mulheres. As vagas disponíveis eram 7.591. Havia, portanto, um déficit de 5.749 lugares.



Avaliações especiais

Santa Catarina é admirada em todo o País por suas belezas naturais e pela qualidade de vida que garante a seus moradores. Nesse contexto está o Vale do Rio Itajaí que, ainda sofre os efeitos devastadores das chuvas que castigaram a região em novembro de 2008.

Calamidades

Para reestruturar os municípios afetados Santa Catarina recebeu R\$ 396 milhões da União e R\$ 34,71 milhões de doações privadas. A maior parte dos recursos veio para o Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra). O órgão, responsável por obras nas estradas que cortam o Estado, recebeu R\$ 254,85 milhões. O restante do dinheiro foi destinado ao Fundo Estadual de Defesa Civil (Fundec) e ao Fundo Estadual da Saúde (FES). O Fundec, que garante a aplicação de dinheiro em ações da Defesa Civil, recebeu R\$ 105,86 milhões. Já o FES, que destina recursos a ações de saúde, recebeu R\$ 70 milhões.

Em R\$

RECURSOS RECEBIDOS PELO FUNDEC — DOAÇÕES DE PARTICULARES

MÊS E ANO DE RECEBIMENTO	FONTE DE RECURSOS	ÓRGÃO RECEBEDOR	VALOR* (R\$)
Nov. e dez./2008	0.6.69 — Outros recursos primários (exerc. anterior)	FUNDEC	29.230.165,26
Jan. a out./2009	0.2.69 — Outros recursos primários	FUNDEC	5.489.478,95
TOTAL			34.719.644,21

Fonte: Demonstrativos dos Recursos Recebidos a Qualquer Título de dezembro de 2008, extraído do CIASC em 25/11/2009; e Módulo de Programação e Execução Financeira/Imprimir Arrecadação Fonte Receita, extraído do SIGEF em 25/11/2009.

* Nestes valores não estão computados os rendimentos de aplicações financeiras, que estão contabilizadas nas Fontes 0.6.85 e 0.2.85.

Em R\$

RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO

MÊS E ANO DE RECEBIMENTO	FONTE DE RECURSOS	ÓRGÃO RECEBEDOR	VALOR* (R\$)
Dez./2008	0.6.32 — Transferências da União — Situação de emergência e de calamidade pública (exercício anterior)	FUNDEC	45.146.555,06
Set./2009	0.2.32 — Transferências da União — Situação de emergência e de calamidade pública	FUNDEC	26.000.000,00
Subtotal			71.146.555,06
Dez./2008	0.6.32 — Transferências da União — Situação de emergência e de calamidade pública (exercício anterior)	FES	70.000.000,00
Subtotal			70.000.000,00
Dez./2008	0.6.32 — Transferências da União — Situação de emergência e de calamidade pública (exercício anterior)	DEINFRA	40.000.000,00
Mai a jul./2009	0.2.32 — Transferências da União — Situação de emergência e de calamidade pública	DEINFRA	214.853.444,94
Subtotal			254.853.444,94
TOTAL GERAL			396.000.000,00

* Nestes valores não estão computados os rendimentos de aplicações financeiras, que estão contabilizadas nas fontes 0.6.85 e 0.2.85.

Fonte: Demonstrativos dos Recursos Recebidos a Qualquer Título de dezembro de 2008, extraído do CIASC em 25/11/2009; e Módulo de Programação e Execução Financeira/Imprimir Arrecadação Fonte Receita, extraído do SIGEF em 25/11/2009.

O Deinfra destinou R\$ 25,55 milhões para obras de terraplanagem, drenagem e pavimentação de rodovias. Outros R\$ 75,75 milhões foram aplicados em recomposições de estradas e, principalmente, contenção de encostas.

Também houve destinação de recursos, no valor de R\$ 17,47 milhões, a 14 prefeituras para a compra de terrenos onde serão construídas novas moradias para os desabrigados. A Blumenau foi destinado o valor mais expressivo, totalizando R\$ 8,23 milhões.

Auditoria específica vai avaliar mais a fundo os gastos feitos para corrigir os estragos causados pela chuva. Nessa avaliação os técnicos vão observar não apenas os aspectos contábeis das despesas dos administradores públicos. Poderão também avaliar a efetividade das ações executadas.

RECURSOS REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO

VALOR (R\$)	CREADOR
783.000,00	Prefeitura de Ilhota
1.056.000,00	Prefeitura de Benedito Novo
825.000,00	Prefeitura de Luís Alves
411.000,00	Prefeitura de Timbó
1.030.500,00	Prefeitura de Brusque
443	Prefeitura de Blumenau
444	Prefeitura de Gaspar
481	Prefeitura de Camboriú
680	Prefeitura de Corupá
681	Prefeitura de Nova Trento
690	Prefeitura de Indaial
696	Prefeitura de Itajaí
715	Prefeitura de Jaraquá do Sul
720	Prefeitura de Turvo
721	Prefeitura de Turvo
881	Prefeitura de Florianópolis
TOTAL	17.475.000,00

Fonte: Cópias das notas de empenho extraídas do SIGEF.

SAMU

Avaliação bastante ampla foi feita no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência — SAMU — 192. Na análise, o TCE/SC identificou problemas em diversas áreas, entre as quais:

Recursos humanos: grande parte dos servidores do SAMU/SC não era efetivo, outros se encontravam com os contratos de prestação de serviços vencidos; atuação sem a devida capacitação inicial e continuada; falta de profissionais para completar as equipes de trabalho; e necessidades de profissionais para manutenção dos sistemas.

Operacionalização do serviço: acesso irrestrito às salas de regulação, não cumprimento da jornada de trabalho, ligações particulares pela linha 192 e distração promovida pela utilização de equipamentos eletrônicos no ambiente de trabalho.

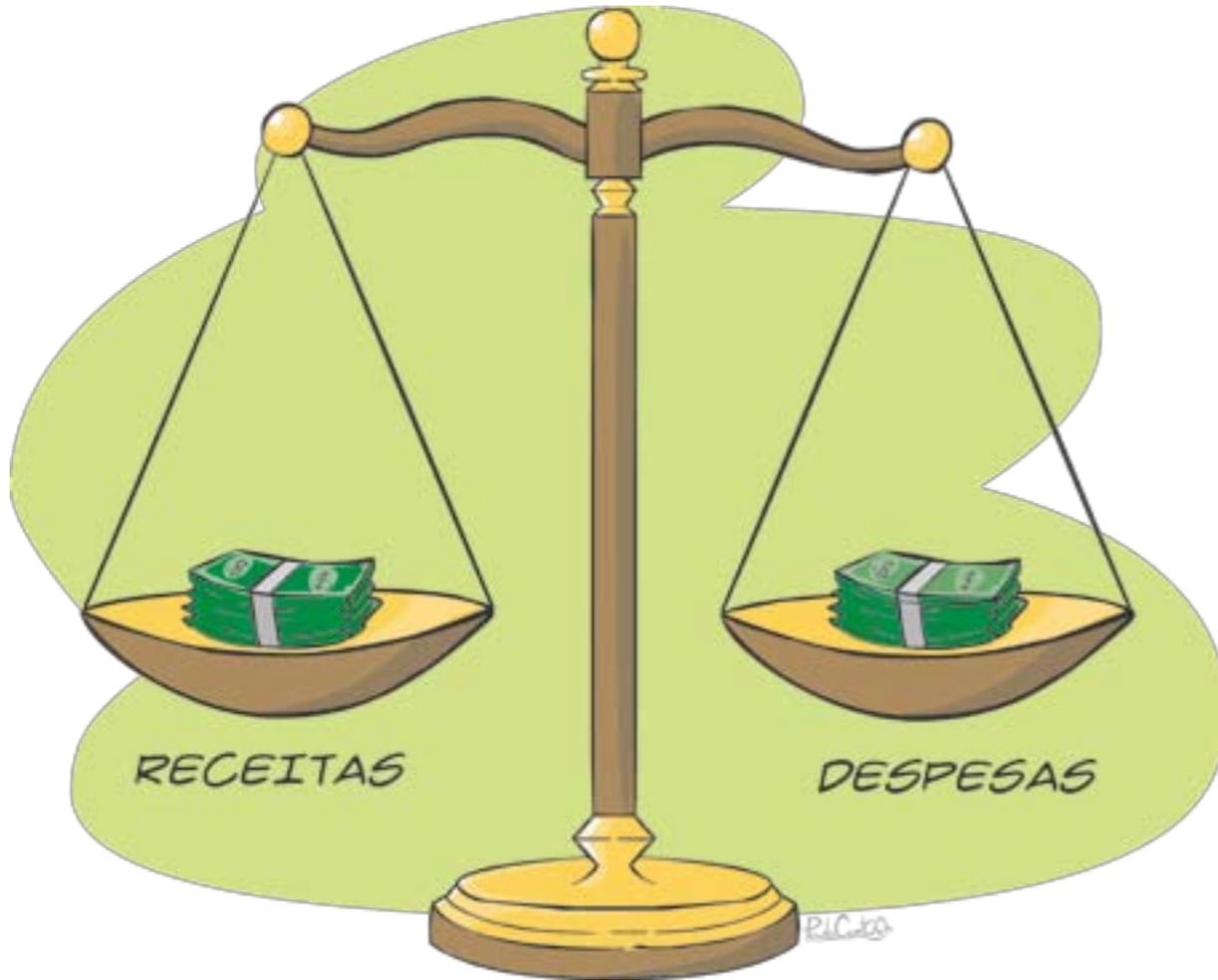
Trotes: número elevado de trotes promovidos em sua maioria por crianças.

Ambulâncias: insuficiência de ambulâncias para atendimento da população, em consequência da extensão territorial dos Municípios o que dificulta o deslocamento entre a base de atendimento e o local da ocorrência.

A partir desse diagnóstico, foram listadas oito determinações às secretarias de Estado da Saúde e de Segurança Pública. Os órgãos deverão formar termos de compromisso com o TCE/SC para realizar as ações necessárias, entre as quais:

- à capacitação dos profissionais que atuam direta e indiretamente no serviço do SAMU, sua avaliação após os cursos e possibilidade de buscar recursos junto ao Ministério da Saúde para tal atividade;
- à garantia da utilização do número público 192 para o uso exclusivo dos atendimentos de urgências e criação de mecanismos para inibir o número de trotes;
- ao fornecimento de estrutura operacional adequada para prestação dos serviços no que se refere à disponibilização de equipamentos de radiocomunicação, telefones móveis e equipamentos de identificação de chamadas, garagens cobertas e adequação dos almoxarifados para armazenamento de medicamentos.





O equilíbrio das contas públicas

Administrar as finanças de um Estado pode ser comparado a gerir os negócios de uma grande empresa ou o dia a dia das contas de uma família. Uma forma de manter a casa em ordem exige gastar menos do que se ganha (ou se arrecada, no caso da administração pública), não se endividar em excesso, investir periodicamente na manutenção do que se tem e, sempre que possível, fazer as melhorias necessárias para atender as necessidades da família (dos contribuintes, no caso dos governos).

Se fosse as finanças de uma família, em 2009, o Governo catarinense teria sido obrigado a usar o cheque especial. Fosse uma empresa, encerraria o ano com o balanço no vermelho. Como é um Estado, apresentou o chamado déficit orçamentário. Segundo os números apresentados ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, as receitas somaram R\$ 11,50 bilhões e as despesas R\$ 11,83 bilhões, resultando em uma diferença negativa de R\$ 692,62 milhões. Esse resultado negativo foi compensado com as sobras de recursos do exercício anterior.

A receita do Estado manteve-se em elevação, o que vem se repetindo há anos. No total, segundo os números apresentados na prestação de contas do Governo, entraram nos cofres catarinense, em 2009, R\$ 11,50 bilhões. Os impostos e as taxas são os maiores responsáveis pela entrada de dinheiro nos cofres do Governo. Juntos, renderam R\$ 6,05 bilhões em 2009. Só com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a arrecadação bateu em R\$ 5,01 bilhões, um crescimento de 6,95% na comparação com o ano anterior.

A despesa, por outro lado, subiu 13,01%, alcançando os R\$ 11,83 bilhões. Os gastos correntes, que incluem as despesas para

a manutenção da máquina administrativa, aumentaram 13,18% de 2008 para 2009. No mesmo período houve redução de 36,92% nas despesas de capital (investimentos e pagamento de dívidas). As despesas correntes, aquelas necessárias para a manutenção da máquina do Estado somaram R\$ 10,23 bilhões. Parte significativa desse total (R\$ 4,31 bilhões) é direcionada ao pagamento de pessoal e encargos trabalhistas. Já os gastos com investimentos totalizaram R\$ 1,08 bilhão.

Em R\$

DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA — EXERCÍCIO DE 2009	
DESPESAS	TOTAL GERAL
Despesas Correntes	10.238.135.302
Pessoal e Encargos Sociais	4.312.513.417
Juros e Encargos da Dívida	765.316.861
Outras Despesas Correntes	5.160.305.023
Despesa de Capital	1.598.492.308
Investimentos	1.081.146.144
Inversões Financeiras	19.452.451
Amortização da Dívida Pública	497.893.714
TOTAL	11.836.627.610

Fonte: Relatório Execução Orçamentária por Poder/Grupo de Despesa — SIGEF/SC.
Obs.: Os percentuais dizem respeito ao total da administração em relação ao da categoria econômica/grupo de natureza de despesa.

O TCE/SC também avaliou as despesas executadas pelo Governo. A Previdência Social foi responsável com os maiores gastos, tendo o pagamento de aposentadorias e benefícios ao funcionalismo público consumido R\$ 2,02 bilhões. A educação teve R\$ 1,81 bilhão, a saúde, R\$ 1,75 bilhão, e a segurança, R\$ 1,38 bilhão.

DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO — EXERCÍCIOS DE 2005 A 2009

DISCRIMINAÇÃO	2005 (A)	2006 (B)	2007 (C)	2008 (D)	2009 (E)	% E/D	% E/D	% E/A
Legislativa	260.559.381	290.619.165	320.742.246	364.050.276	367.678.840	3,11	1,00	41,11
Judiciária	27.489.336	17.526.626	14.961.967	743.925.113	761.937.518	6,44	2,42	2.671,76
Essencial à Justiça	745.471.460	785.939.954	933.588.779	263.818.264	236.738.674	2,00	-10,26	-68,24
Segurança Pública	1.158.202.167	980.923.164	1.076.570.840	168.126.742	1.380.671.231	11,66	721,21	19,21
Administração	877.190.160	657.388.050	678.579.975	2.797.980.918	676.765.848	5,72	-75,81	-22,85
Assistência Social	3.435.534	13.215.745	13.618.274	11.668.315	94.155.992	0,80	706,94	2.640,65
Previdência Social	418.946.640	941.758.391	1.577.489.355	1.578.402.979	2.029.613.039	17,15	28,59	384,46
Saúde	1.003.577.925	1.231.057.440	1.284.106.630	1.009.340.416	1.759.236.305	14,86	74,30	75,30
Trabalho	2.566.182	7.204.439	4.634.678	5.936.490	6.630.649	0,06	11,69	158,39
Educação	1.683.765.093	1.710.360.884	1.427.647.625	1.709.235.699	1.817.882.653	15,36	6,36	7,97
Cultura	15.429.909	60.662.659	71.310.628	38.340.916	50.998.453	0,43	33,01	230,52
Direitos e Cidadania	0	0	697.334	322.159	608.930	0,01	89,02	-
Desporto e lazer	12.785.998	34.000.323	47.993.396	142.641.368	69.427.697	0,59	-51,33	443,00
Gestão Ambiental	19.313.457	29.493.839	32.343.290	11.415.351	46.969.156	0,40	311,46	143,19
Urbanismo	0	22.298	0	119.309.071	84.138.127	0,71	-29,48	-
Habitação	16.870.865	19.861.242	24.657.179	18.546.595	29.230.925	0,25	57,61	73,26
Saneamento	0	0	8.508	64.317	0	0,00	-100,00	-
Energia	0	0	487.732	0	0	0,00	-	-
Transporte	404.458.555	347.352.444	368.511.813	210.155.751	588.696.265	4,97	180,12	45,55
Ciência e Tecnologia	24.411.680	19.763.413	8.293.301	33.776.671	45.100.807	0,38	33,53	84,75
Agricultura	365.833.380	365.248.342	344.372.148	83.944.126	386.790.113	3,27	360,77	5,73
Indústria	80.986	0	0	4.947	0	0,00	-100,00	-100,00
Comércio e Serviços	16.496.556	41.434.078	58.821.613	1.973.105	64.906.925	0,55	3189,58	293,46
Comunicações	0	0	0	38.441.824	49.720.382	0,42	29,34	-
Relações Exteriores	0	0	0	1.250.916	1.394.143	0,01	11,45	-
Encargos Especiais	2.772.497.844	961.229.790	1.026.417.929	1.120.863.962	1.287.334.939	10,88	14,85	-53,57
Res. Contingência	0	0	0	0	0	0,00	0	-
Total	9.829.383.111	8.515.062.284	9.315.855.239	10.473.536.292	11.836.627.610	100		

Fonte: Relatório Execução Orçamentária por Função 2009 — SIGEF/SC; Balanços Gerais do Estado de 2006 a 2008 — www.sef.sc.gov.br.
Inflator: IGP-DI (médio).



Publicidade

Uma análise à parte, já que não se trata de função de Governo, foi feita exclusivamente sobre os gastos com publicidade e propaganda. Em 2009, o Estado de Santa Catarina aplicou R\$ 88,34 milhões para promoção de suas realizações, prestação de informações de interesse público e patrocínios. Na comparação com os anos anteriores, o valor aplicado superou em 38,28% o gasto de 2008 e em 58,14% o de 2007.

DESPESAS COM SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA — VALORES CONSOLIDADOS, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS EMPRESAS NÃO DEPENDENTES — EXERCÍCIOS DE 2007 A 2009

ESPECIFICAÇÃO	2007 (a)	%	2008 (b)	%	2009 (c)	%	c/a %	c/b %	b/a %
Adm. Direta	35.623.462,63	63,77	41.911.418,82	65,60	53.180.086,98	60,20	49,28	26,89	17,65
Autorquias	3.990,25	0,01	437.648,75	0,69	733.191,98	0,83	18.274,58	67,53	10.867,95
Fundações	368.239,23	0,66	171.602,62	0,27	252.311,46	0,29	-31,48	47,03	-53,40
Fundos Especiais	1.405.506,29	2,52	992.146,57	1,55	1.705.531,14	1,93	21,35	71,90	-29,41
Empr. Est. Dep.	7.882.563,51	14,11	8.835.930,97	13,83	19.598.603,44	22,19	148,63	121,81	12,09
Empr. Não Dep.	10.578.803,29	18,94	11.538.017,48	18,06	12.871.129,13	14,57	21,67	11,55	9,07
TOTAL	55.862.565,20	100,00	63.886.765,22	100,00	88.340.854,13	100,00	58,14	38,28	14,36

A verificação dos gastos anuais do Governo permite que o TCE/SC — e a população — tenham uma ideia do estado geral das contas em um momento isolado. É como olhar apenas as receitas e as despesas da uma família em um determinado mês, sem levar em conta suas economias e/ou suas dívidas. Nesse sentido, para ter esse retrato mais completo e fiel da situação financeira, é necessário checar também o endividamento do Estado.

Fonte: Relatório Técnico sobre as Contas do Governo do Estado do Exercício de 2007 e 2008, Relatório Consolidado Geral — Serviços de publicidade e Propaganda — conta contábil 3.3.3.9.0.39.88.00 — Exercício 2009 — SIGEF. Ofícios encaminhados pelas empresas estatais dependentes e não dependentes.



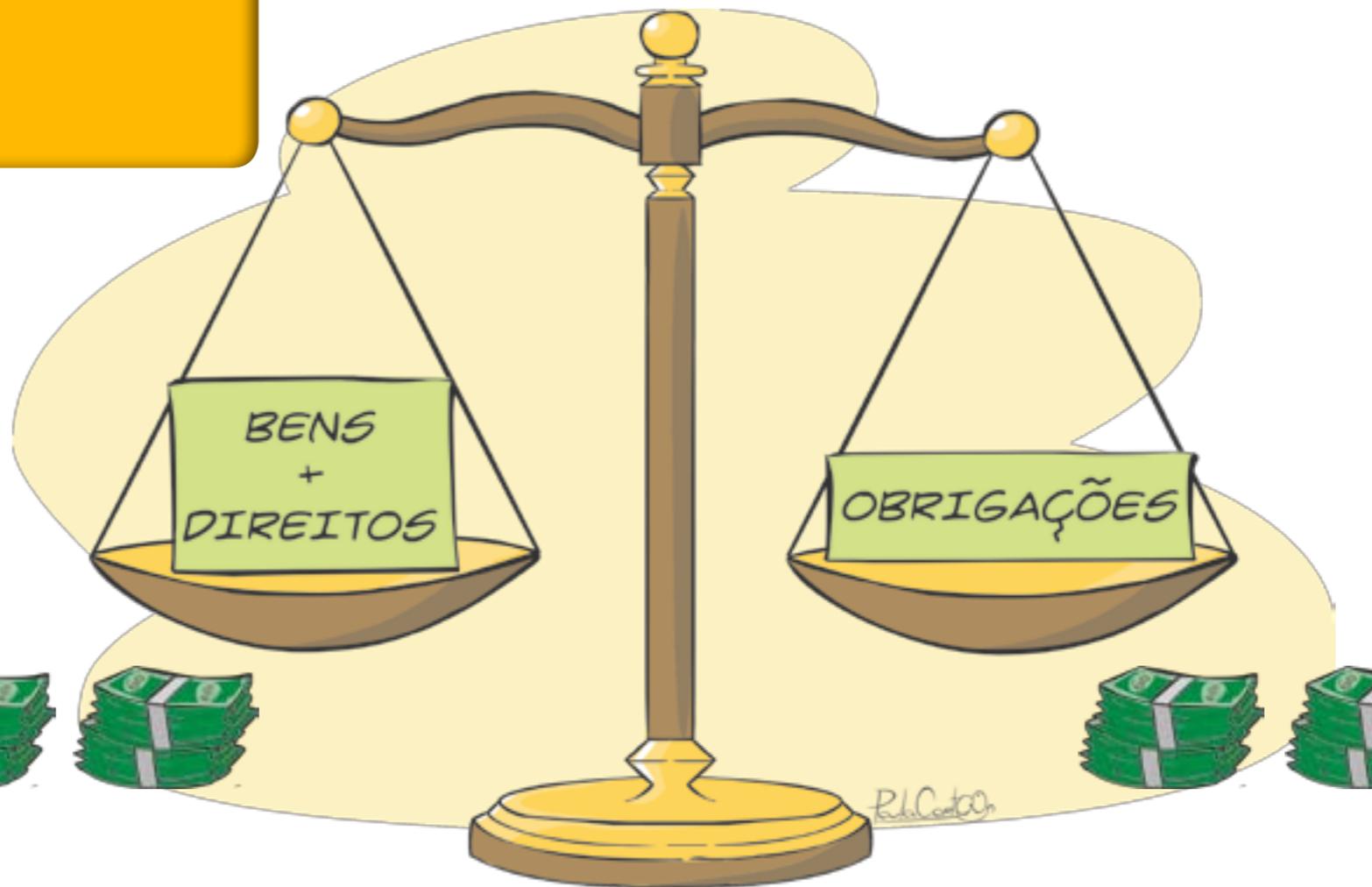
Na análise desse endividamento, deve-se considerar: as dívidas de curto prazo, conhecidas como passivo financeiro (obrigações com vencimento inferior a um ano), a dívida fundada (obrigações com vencimento em período superior a um ano) e o déficit atuarial, ou seja, o desequilíbrio da previdência.

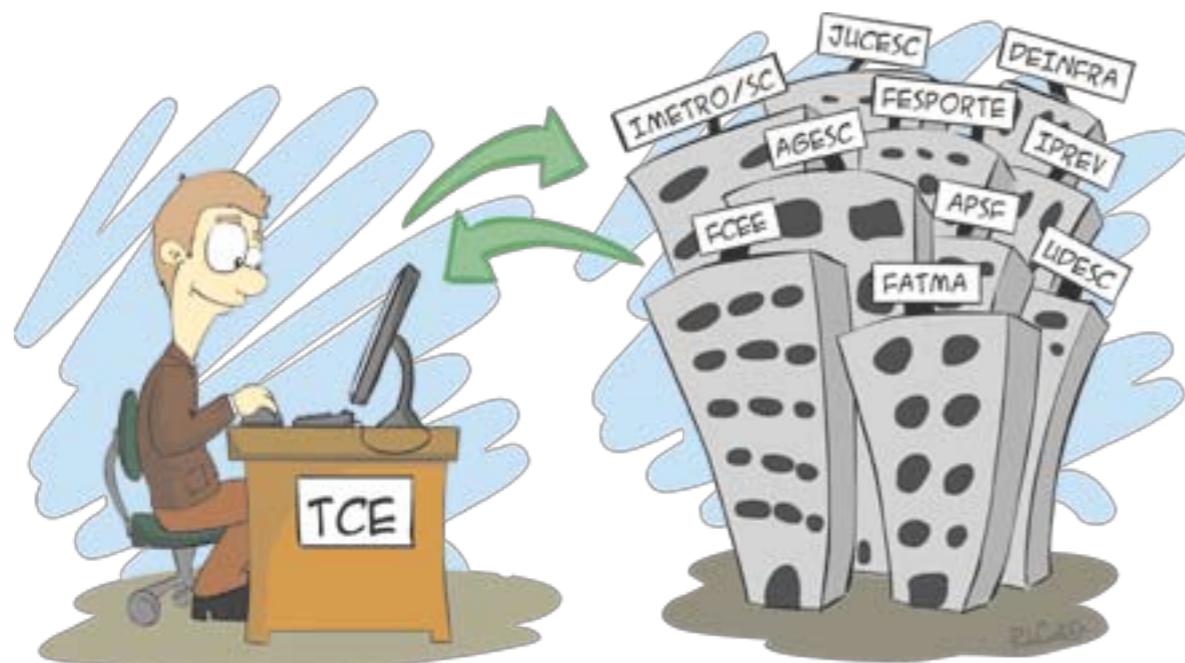
O passivo financeiro catarinense, em 2009, foi de R\$ 3,75 bilhões. Por sua vez o ativo financeiro (dinheiro, somado as aplicações financeiras e aos direitos a receber em período inferior a 1 ano) foi de R\$ 4,92 bilhões. Considerando-se a diferença a maior em R\$ 1,17 bilhão verifica-se um superávit financeiro.

Já a dívida fundada, de R\$ 11,46 bilhões, foi reduzida em 5,59% em relação a 2008 (R\$ 12,14 bilhões).

Outra dívida que deve preocupar os governantes é o chamado Passivo Atuarial. Ele é calculado levando-se em conta a diferença entre o valor disponível no sistema público de previdência (Plano de Previdência dos Servidores) e aquele que seria necessário para

pagar todas as aposentadorias e pensões dos atuais servidores. Em 2009, segundo os cálculos, a diferença entre as receitas disponíveis e o volume de recursos necessários para pagar todas as aposentadorias era de R\$ 28,84 bilhões. Significa dizer o seguinte: se todos os servidores atualmente ligados ao Plano se aposentarem, o Governo terá que desembolsar mais de R\$ 28 bilhões para garantir o pagamento das aposentadorias devidas.





Como foram os gastos das estruturas descentralizadas

A função primordial do Estado é prestar serviços à coletividade. Essa prestação ocorre de forma direta, por meio das secretarias que compõem a estrutura governamental e de forma indireta pelas pessoas jurídicas criadas (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista — S/A) que, pelo fato de utilizarem recursos públicos, estão sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas — art. 58 da Constituição Estadual.

Em Santa Catarina há sete autarquias: a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc), o Instituto de Metrologia de Santa Catarina (Imetro/SC), a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (Agesc), o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev), o Departamento de Transportes e Terminais (Deter), o Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) e a Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSF).

Em 2009, as autarquias catarinenses tiveram ingressos financeiros de R\$ 2,45 bilhões. Seus desembolços foram de R\$ 2,82 bilhões — resultando em um déficit de R\$ 369 mil. Quatro autarquias fecharam o ano com resultado positivo: a Jucesc, responsável pelo registro das empresas em atividade; a Agesc, que regula os serviços públicos do Estado; o Deter, que realiza a fiscalização do transporte rodoviário, e a Administração do Porto de São Francisco do Sul. Em valores individuais, a maior movimentação foi do Iprev, gestor das aposentadorias e pensões dos servidores, que também apresentou o maior resultado negativo — R\$ 374,84 milhões.

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DAS AUTARQUIAS — EXERCÍCIO DE 2009

AUTARQUIAS	Receita Orçam.	Transf. Recebidas	Total Entradas	Despesa Orçam.	Transf. Concedidas	Total Saídas	Resultado Orçam.	Resultado após Transf.
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUDESC)	13.219	8	13.227	8.916	8	8.924	4.303	4.303
Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO/SC)	9.094	616	9.710	9.762	0	9.762	(668)	(52)
Agência Regul. de Serviços Públicos de SC (AGESC)	557	2.790	3.347	2.113	0	2.113	(1.556)	1.234
Instituto de Previdência do Estado de SC (IPREV)	884.500	1.027.391	1.911.891	1.769.946	516.787	2.286.733	(885.446)	(374.842)
Departamento de Transportes e Terminais (DETER)	20.527	0	20.527	18.448	1.066	19.515	2.078	1.012
Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)	246.486	214.344	460.831	460.610	9.960	470.569	(214.123)	(9.739)
Adm. do Porto de São Francisco do Sul (APSF)	35.108	0	35.108	26.032	0	26.032	9.076	9.076
TOTAL	1.209.491	1.245.149	2.454.640	2.295.827	527.821	2.823.648	(1.086.336)	(369.008)

Fonte: Balancete Consolidado das Autarquias — dezembro/2009.

Além das autarquias, também as fundações existem para atuar em áreas específicas: a Fundação Catarinense de Desportos (Fesporte) no desporto e lazer; a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) na cultura; a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) na gestão ambiental; a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) na educação superior; a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) na educação especial, e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc). Em 2009, essas entidades tiveram receita orçamentária de R\$ 35,4 milhões e despesas orçamentárias de R\$ 372,4 milhões, gerando déficit de R\$ 337 milhões. Para equilibrar suas finanças, receberam **transferências financeiras** do poder executivo, de R\$ 329,88 milhões.

Se assim não fosse, algumas atividades essenciais poderiam ser comprometidas como é o caso FCEE. A instituição atende gratuitamente portadores de deficiências físicas e mentais e teve receita de R\$ 98 mil. Já as despesas foram de R\$ 82,95 milhões. Assim, mesmo com R\$ 81,4 milhões de transferências financeiras, foi re-

→ São repasses de recursos do Estado para outros entes. Esses entes não precisam estar recebendo por um serviço prestado.

gistrado resultado negativo de R\$ 1,41 milhão. A Udesc foi outra que registrou déficit. A receita própria ficou em R\$ 6,1 milhões e as transferências financeiras em R\$ 168,70 milhões. A despesa foi de R\$ 185,4 milhões, implicando um resultado negativo de R\$ 10,6 milhões.

Em R\$ mil

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DAS FUNDAÇÕES — EXERCÍCIO DE 2009

FUNDAÇÕES	Receita Orçam.	Transf. Recebidas	Total Entradas	Despesa Orçam.	Transf. Concedidas	Total Saídas	Resultado Orçam.	Resultado após Transf.
Fundação Catarinense de Desportos (FESPORTE)	4.347	9.874	14.221	14.315	121	14.437	(9.968)	(215)
Fundação Catarinense de Cultura (FCC)	296	19.462	19.758	19.736	69	19.805	(19.440)	(47)
Fundação do Meio Ambiente (FATMA)	16.426	9.682	26.107	25.040	0	25.040	(8.614)	1.067
Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC)	8.143	40.681	48.824	44.642	588	45.230	(36.499)	3.595
Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração (ENA)	0	34	34	334	0	334	(334)	(299)
Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)	98	81.441	81.540	82.950	0	82.950	(82.852)	(1.410)
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	6.073	168.706	174.779	185.375	34	185.410	(179.302)	(10.630)
TOTAL	35.383	329.882	365.264	372.393	812	373.205	(337.010)	(7.940)

Fonte: Balanete Consolidado das Fundações — dezembro/2009.

Um caso à parte são os fundos especiais. Sem estrutura administrativa própria e vinculados a diferentes órgãos do governo, constituem-se de recursos que, por lei, são destinados a finalidades específicas. Em 2009, os 38 fundos especiais catarinenses movimentaram R\$ 2,93 bilhões. A análise da evolução e composição da despesa demonstra que, no ano, os fundos aplicaram 22,08% a mais do que no ano anterior. Em 2009, assim como nos anos anteriores, o Fundo Estadual

de Saúde ficou em primeiro lugar em movimentação, com despesas na ordem de R\$ 1,52 bilhão, seguido pelo Fundo de Desenvolvimento Social — Fundosocial (R\$ 245,87 milhões) e Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (R\$ 229,43 milhões).

Outros fundos com movimentação expressiva são os que integram o chamado Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (Seitec). Abastecidos por recursos de benefícios fiscais concedidos a empresas com atuação no Estado, o Funcultural, o Funturismo e o Fundesporte tiveram receitas de R\$ 183,42 milhões em 2009.

Em R\$ mil

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DAS FUNDAÇÕES — EXERCÍCIO DE 2009

FUNDOS ESPECIAIS	Receita Orçam.	Transf. Recebidas	Total Entradas	Despesa Orçam.	Transf. Concedidas	Total Saídas	Resultado Orçam.	Resultado após Transf.
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	106.710	4.378	111.089	84.375	0	84.375	22.336	26.714
Fundo para Reconstituição de Bens Lesados	2.090	0	2.090	178	0	178	1.912	1.912
Fundo Esp. do Centro de Est. e Aperf. Func. do MP/SC	288	0	288	44	0	44	244	244
Fundo Esp. de Reap. e Modernização do MP/SC	18.841	415	19.256	12.649	2.659	15.308	6.192	3.948
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	0	55.629	55.629	60.839	0	60.839	(60.839)	(5.210)
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	1.200	24.413	25.613	22.939	171	23.110	(21.739)	2.503
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	180	0	180	190	0	190	(9)	(9)
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	26.923	98.228	125.151	106.323	9.082	115.405	(79.400)	9.746
Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba	384	0	384	391	0	391	(8)	(8)
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	563	0	563	550	0	550	13	13
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	959	0	959	947	0	947	12	12
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	10.379	56.164	66.543	75.621	240	75.861	(65.242)	(9.318)
Fundo Estadual de Defesa Civil	34.543	5.639	40.182	112.846	416	113.261	(78.302)	(73.079)
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	543	92.833	93.376	96.538	0	96.538	(95.995)	(3.162)
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	281	0	281	288	0	288	(7)	(7)
Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	42.799	572	43.370	22.172	26.120	48.292	20.627	(4.922)

continua...

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DAS FUNDAÇÕES — EXERCÍCIO DE 2009

FUNDOS ESPECIAIS	Receita Orçam.	Transf. Recebidas	Total Entradas	Despesa Orçam.	Transf. Concedidas	Total Saídas	Resultado Orçam.	Resultado após Transf.
Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	73.670	9.985	83.655	42.281	38.289	80.570	31.389	3.085
Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	66.955	5.466	72.422	34.624	36.012	70.636	32.331	1.786
Fundo Estadual de Habitação Popular (FEHAP)	0	0	0	0	0	0	0	0
Fundo Estadual de Assistência Social (FAZ)	676	7.751	8.428	8.130	0	8.130	(7.453)	298
Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)	49	0	49	0	0	0	49	49
Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	553	556	1.109	422	1.004	1.426	131	(317)
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)	602	10.335	10.937	1.173	9.210	10.383	(571)	554
Fundo Especial de Jurídicos e de Reap. (FUNJURE)	7.727	0	7.727	2.507	0	2.507	5.220	5.220
Fundo Especial Defensoria Dativa	9.440	14.000	23.440	23.329	0	23.329	(13.889)	111
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	780	0	780	638	0	638	142	142
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	16.035	15.931	31.966	33.448	0	33.448	(17.413)	(1.482)
Fundo Estadual de Sanidade Animal	0	3.065	3.065	2.700	0	2.700	(2.700)	366
Fundo de Apoio à Manut. e ao Des. da Educação Superior	9.220	0	9.220	2.884	0	2.884	6.336	6.336
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	39.342	8.684	48.026	44.805	73	44.878	(5.464)	3.147
Fundo do Plano de Saúde dos Serv. Públicos Estaduais	236.217	0	236.217	229.435	0	229.435	6.782	6.782
Fundo Patrimonial	2.733	2.385	5.119	3.812	0	3.812	(1.078)	1.307
Fundo Estadual de Saúde	549.148	915.186	1.464.334	1.493.293	33.591	1.526.884	(944.145)	(62.550)
Fundo de Esforço Fiscal	0	9.659	9.659	8.178	10	8.188	(8.178)	1.471
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC)	0	0	0	0	0	0	0	0
Fundo Pró-Emprego	11.193	0	11.193	0	0	0	11.193	11.193
Fundo de Desenvolvimento Social (FUNDOSOCIAL)	290.929	56	290.985	64.541	181.335	245.876	226.388	45.110
Fundo Est. de Combate e Erradicação da Pobreza	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.561.951	1.341.332	2.903.283	2.593.089	338.211	2.931.300	(1.031.138)	(28.017)

Fonte: Balancete Consolidado dos Fundos Especiais — dezembro/2009.

Empresas dependentes e sociedades de economia mista

A prestação de serviços na área da habitação, energia elétrica, saneamento, extensão rural, turismo, entre outras, requer a existência de estruturas mais flexíveis e com maior liberdade do que aquela concedida às autarquias e fundações. Para atuar nessas áreas o Estado conta com empresas. A Santa Catarina Turismo (Santur), responsável pela promoção turística do Estado, a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab/SC), encarregada da construção de casas populares, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), que mantém ações de apoio à agricultura, e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), também encarregada de auxiliar produtores rurais. Sem grande potencial de gerar receitas, elas dependem da ajuda do governo para sua manutenção — por isso são chamadas de empresas dependentes.

Em 2009, as quatro tiveram receita orçamentária de R\$ 66,58 milhões, um volume muito pequeno perante os R\$ 390,04 milhões de despesas. No mesmo período, receberam transferências na ordem de R\$ 328,05 milhões, o que garantiu um resultado positivo de R\$ 4,59 milhões.

Em áreas onde há maior geração de receita, a atuação do Estado se dá por meio das sociedades de economia mista — controladas pelo Governo, mas com participação de sócios privados. São 16 empresas, entre elas a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), responsável pelo fornecimento de energia; a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), encarregada da prestação de serviços de sanea-

mento básico (água e esgoto) e a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGAS), que comercializa e distribui o gás natural às indústrias.

Em R\$ mil

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DAS EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES — EXERCÍCIO DE 2009

EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	Receita Orçam.	Transf. Recebidas	Total Entradas	Despesa Orçam.	Transf. Concedidas	Total Saídas	Resultado Orçam.	Resultado após Transf.
Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR)	31	25.733	25.764	23.047	1.829	24.876	(23.016)	889
Companhia de Habitação do Estado de SC S/A (COHAB)	18.355	13.815	32.171	29.238	0	29.238	(10.883)	2.932
Comp. Integrada Desen. Agrícola de SC S/A (CIDASC)	21.802	90.793	112.595	115.495	0	115.495	(93.693)	(2.901)
Empr. Pesq. Agrop. e Exten. Rural de SC S/A (EPAGRI)	26.393	197.717	224.110	220.432	0	220.432	(194.039)	3.677
TOTAL	66.581	328.058	394.639	388.213	1.829	390.041	(321.631)	4.598

Fonte: Balancete Consolidado das Empresas — dezembro/2009.

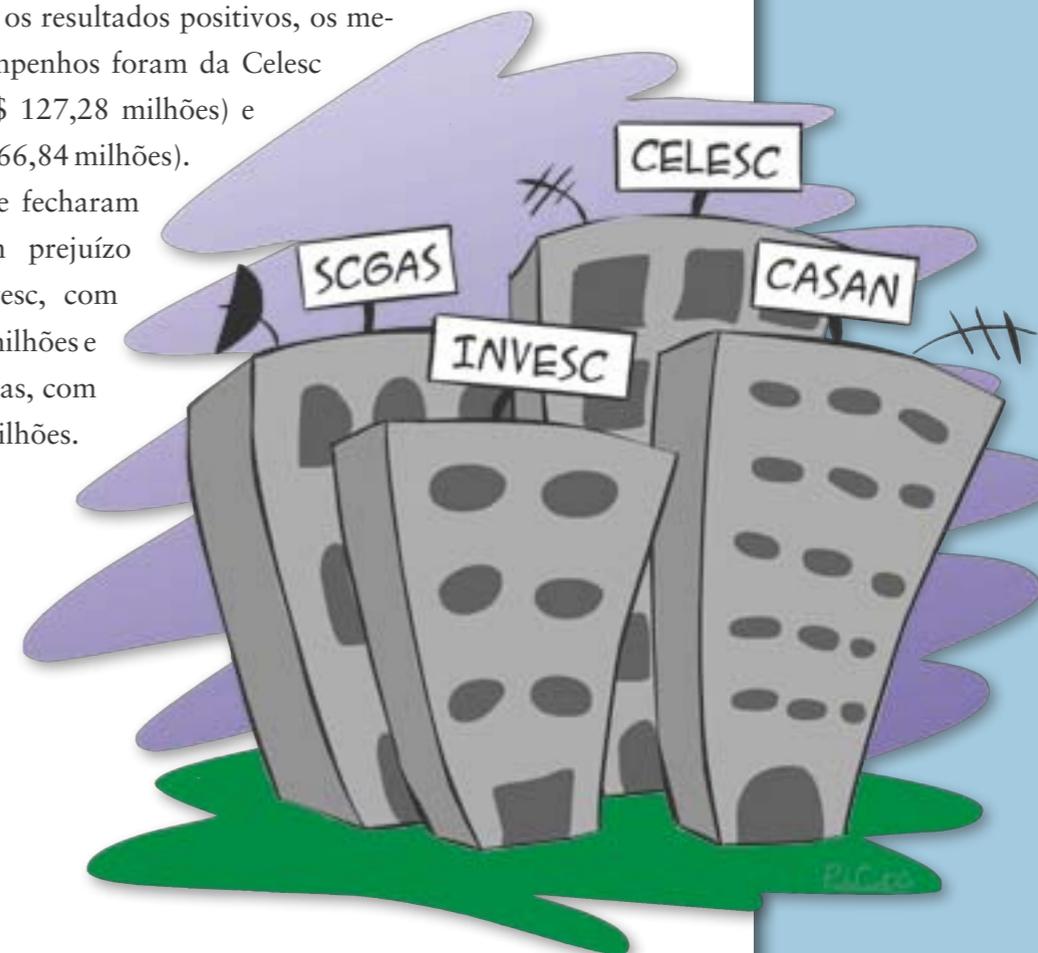
RELAÇÃO DE EMPRESAS DE SANTA CATARINA

BADESC — Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
BESCOR — BESEC S/A Corretora de Seguros e Administradora de Bens
CASAN — Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A.
CEASA — Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A
CELESC — Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Holding
CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
CELESC GERAÇÃO S.A.
CIASC — Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.
CIDASC — Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CODESC — Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.
CODISC — Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina S.A. ⁽¹⁾
COHAB — Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
EPAGRI — Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
IAZPE — Administradora da Zona de Processamento de Exportação
INVESC — Santa Catarina Participações e Investimentos S.A.
REFLORESC — Reflorestadora Santa Catarina S.A. ⁽¹⁾
SANTUR — Santa Catarina Turismo S.A.
SAPIENS PARQUE S.A.
SCGAS — Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.
SC PARCERIAS S.A.

⁽¹⁾ Em liquidação.

Vários parâmetros podem ser utilizados para analisar o desempenho dessas organizações. O mais simples deles é a Demonstração de Resultados, que lista receitas e despesas e mostra se as companhias encerraram o período analisado com lucro ou prejuízo. Em 2009, as receitas totalizaram R\$ 6,63 bilhões. A Celesc Distribuição lidera a lista com R\$ 5,04 bilhões. Já a SCGAS ficou em segundo, com R\$ 547 milhões, e a Casan em terceiro, com R\$ 512,30 milhões. Entre os resultados positivos, os melhores desempenhos foram da Celesc Holding (R\$ 127,28 milhões) e SCGAS (R\$ 66,84 milhões).

Entre as que fecharam o ano com prejuízo estão a Invesc, com R\$ 391,66 milhões e a SC Parcerias, com R\$ 31,17 milhões.



**COMPOSIÇÃO DO RESULTADO OBTIDO PELAS EMPRESAS ESTATAIS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA — EXERCÍCIO DE 2009**

EMPRESA	Receita Operacional	Custos e Deduções	Despesas Operacionais	Result. Operacional	Outras Receitas (Despesas)	Prov. p/ IR e C.S	Part. dos Adminis.	Lucro	Prejuízo
BADESC	87.506.000	-14.849.000	-30.569.000	42.088.000	2.787.000	-6.069.000	0	38.806.000	0
BESCOR	2.676.598	-56.613	-3.356.142	-736.156	-324.764	0	0	0	-1.060.920
CASAN	512.303.000	-203.503.000	-273.561.000	35.239.000	-301.000	-764.000	-1.659.000	32.515.000	0
CEASA	1.844.037	-1.006.807	-1.186.701	-349.470	0	0	0	0	-349.470
CELESC S.A. HOLDING	0	0	137.668.000 ⁽¹⁾	137.668.000	0	-10.385.000	0	127.283.000	0
CELESC DISTRIBUIÇÃO	5.041.661.000	-4.520.450.000	-445.377.000	75.834.000	14.474.000	-18.759.000	0	71.549.000	0
CELESC GERAÇÃO	57.715.000	-16.333.000	-11.620.000	29.762.000	-2.260.000	-2.717.000	0	24.785.000	0
CIASC	53.424.964	-48.264.525	-10.665.774	-5.505.335	-5.131	0	0	0	-5.510.466
CIDASC ⁽²⁾	53.887.563	-31.640.761	-21.556.912	689.890	0	0	0	689.890	0
CODESC	12.622.928	0	-8.251.077	4.371.851	10.278.806	-1.001.564	0	13.649.093	0
CODISC	281.443	0	-296.212	-14.770	4.128	0	0	0	-10.642
COHAB	7.723.400	-5.523.467	-11.548.681	-9.348.748	13.768.085	0	0	4.419.337	0
EPAGRI	210.813.544	-1.231.989	-183.963.749	25.617.806	198.050	-3.371.575	0	22.444.281	0
IAZPE	0	0	-2.739.427	-2.739.427	0	0	0	0	-2.739.427
INVESC	0	0	-391.668.245	-391.668.245	0	0	0	0	-391.668.245
REFLORESC	0	0	-8.202	-8.202	0	0	0	0	-8.202
SANTUR	24.025.806	0	-25.663.630	-1.637.823	84.323	0	0	0	-1.553.500
SAPIENS PARQUE	0	0	-1.592.000	-1.592.000	10.000	0	0	0	-1.582.000
SCGAS	547.006.547	-434.925.611	-19.904.396	92.176.540	9.750.971	-35.085.954	0	66.841.557	0
SC PARCERIAS	25.272.091	-115.099	-61.682.829	-36.525.837	5.348.417	0	0	0	-31.177.420
TOTAL	6.638.763.921	-5.277.899.871	-1.367.542.977	-6.678.927	53.812.885	-78.153.093	-1.659.000	402.982.158	-435.660.292
RESULTADO CONSOLIDADO ANUAL DAS EMPRESAS, PREJUÍZO DE:								-32.678.135	

Obs.: ⁽¹⁾ O valor positivo (saldo credor da despesa operacional) resulta da significância do resultado da equivalência patrimonial (Receitas Financeiras e da conta Outras Despesas Operacionais).

⁽²⁾ Após a determinação da Coleta de informações — Ofício GCCFF nº 3.749/10, na data de 20/04/2010 foi obtido o “balancete” posicionado no mês de junho/2009.

O desempenho da Invesc, que não obteve receita e apresentou despesa de R\$ 391,66 milhões, teve um impacto negativo no resultado final das estatais, fazendo com que o grupo (estatais) encerrasse o ano com prejuízo de R\$ 32,67 milhões.





Lei determina repasses para
manutenção dos Poderes e órgãos

O Governo do Estado tem a obrigação, determinada pela Constituição, de repassar recursos aos Poderes Legislativo e Judiciário e também ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), Ministério Público e Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc), órgãos que possuem autonomia financeira. Sabendo de antemão quanto terão de verbas para manutenção e os cronogramas de repasse, os chefes de cada Poder e os gestores dos órgãos garantem a independência na tomada de decisões. Mas, para se certificar que o dinheiro público está sendo corretamente utilizado, o TCE/SC faz uma fiscalização minuciosa dos gastos. O valor a ser repassado é calculado a partir da Receita Líquida Disponível (RLD), que em 2009 foi de R\$ 7,88 bilhões. O equivalente a 17,55% desse valor é assim distribuído: Tribunal de Justiça (7,4%), Assembleia Legislativa (3,7%), Ministério Público (3,1%), Udesc (2,05%) e Tribunal de Contas (1,3%).

Entre os itens acompanhados de perto pelo TCE/SC está, por exemplo, o respeito aos percentuais estabelecidos para a despesa com pessoal. Para custear a folha do funcionalismo público — administração direta, indireta, autarquias, fundações —, o Poder Executivo tem como limite máximo o uso de 49% da receita corrente líquida (RCL), que é outra base de cálculo a ser observada. Já os poderes Legislativo e Judiciário, o TCE e o Ministério Público têm percentuais específicos a atender. Em 2009, todos cumpriram os tetos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No caso do Poder Executivo, as despesas com pessoal entre janeiro e dezembro de 2009 totalizaram R\$ 3,86 bilhões, o equivalente a 37,1% da RCL.

REPASSE A PODERES E ÓRGÃOS DO ESTADO COM AUTONOMIA FINANCEIRA BASEADO NA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL — EXERCÍCIO DE 2009

PODER ÓRGÃO/ENTIDADE	% RLD	Valor Devido (% sobre a RLD)	Repasse Efetuado (b)	Diferença entre Repasse Efetuado e Valor Devido (b)-(a)
Assembleia Legislativa	3,70	291.836.637,64	289.346.619,00	-2.490.018,64
Tribunal de Contas	1,30	102.537.197,01	101.662.325,57	-874.871,44
Tribunal de Justiça	7,40	583.673.275,27	578.693.237,96	-4.980.037,31
Ministério Público	3,10	244.511.777,48	242.425.545,64	-2.086.231,84
UDESC	2,05	161.693.272,20	160.313.667,27	-1.379.604,93
TOTAL	17,55	1.384.252.159,60	1.372.441.395,44	-11.810.764,16

DESPESAS COM PESSOAL

ÓRGÃO	LIMITE LEGAL LRF (%)	DESPESA REALIZADA (%)
Assembleia Legislativa	2,20	2,02
Tribunal de Contas	0,80	0,72
Tribunal de Justiça	6,00	4,93
Ministério Público	2,00	1,63

Em 2009, o repasse destinado à Assembleia Legislativa por meio da participação de 3,7% da Receita Líquida Disponível (RLD) foi de R\$ 289,34 milhões. O órgão, no entanto, fechou o ano com ingresso de R\$ 369,52 milhões. Já a análise da execução orçamentária aponta que o Parlamento catarinense teve despesas na ordem de R\$ 328,34 milhões, utilizando a quase totalidade — 89,42% — dos valores empenhados com despesas no exercício.

Fonte: Balanço Geral Consolidado de 2009, Lei nº 14.507/08 (LDO 2009), balancete dezembro 2009 ALESC, TCE, MPSC, TJSC e UDESC — SIGEF 2009.

Em R\$

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA — EXERCÍCIO DE 2009

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	VALOR
Participação na RLD (3,70%)	289.346.619,00
Rendas de Aplicações Financeiras	4.122.341,27
Indenizações e Restituições	49.154,32
Repasso Recebido Fundosocial	8.652.739,99
Repasso Recebido Seitec — FUNCULTURAL	1.411.216,61
Repasso Recebido Seitec — FUNDESPORTE	1.865.732,47
Repasso Recebido Seitec — FUNTURISMO	2.159.749,59
Repasso Restituição Cota-Patronal	13.183.565,13
TOTAL (I)	320.791.118,38
Descentralização Créditos Orçamentários — IPREV (II)	48.730.476,48
TOTAL GERAL (I+II)	369.521.594,86

Fonte: Balancete da ALESC — dezembro/2009 — SIGEF.

Em R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA — EXERCÍCIO DE 2009

ESPECIFICAÇÃO	VALORES
Despesa Realizada (Empenhada)	328.337.519,86
Despesas Correntes	320.003.425,84
Pessoal e Encargos Sociais	168.112.015,66
Outras Despesas Correntes	151.891.410,18
Despesas de Capital	8.334.094,02
Investimentos	8.334.094,02
Total Empenhado	328.337.519,86

Fonte: Balancete do Razão Analítico de dezembro de 2009 da ALESC — SIGEF.

Já o Poder Judiciário, além da participação na RLD (7,4%) e de repasses como o do Fundosocial, também recebe recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) e possui receita orçamentária gerada a partir de arrecadação com patrimônio e serviços. Em 2009, teve ingressos que totalizaram R\$ 904,29 milhões, sendo o valor composto por R\$ 793,84 milhões de transferências financeiras recebidas pelo Tribunal de Justiça e R\$ 111,08 milhões do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

Em R\$

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA — EXERCÍCIO DE 2009

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	VALOR
Participação na RLD (7,4%)	578.693.237,96
Rendas de Aplicações Financeiras	5.050.364,45
Indenizações e Restituições	1.499.835,87
Folha Serventuários da Justiça	524.963,61
Auxílio-Funeral	34.750,18
Rendas Aplic. Conta Única — TJ	35.854.932,04
Repasso Precatórios	9.000.000,00
Dividendos	25,76
Repasso Recebido FUNDOSOCIAL	17.271.715,73
Repasso Recebido Seitec — FUNCULTURAL	2.822.433,22
Repasso Recebido Seitec — FUNTURISMO	4.319.499,17
Repasso Recebido Seitec — FUNDESPORTE	3.731.864,93
TOTAL (I)	R\$ 658.803.622,92
Descentralização Créditos Orçamentários — IPREV (II)	R\$ 135.036.770,05
TOTAL GERAL (I+II)	R\$ 793.840.392,97

Fonte: Balancete do Tribunal de Justiça — dezembro/2009 — SIGEF.

As despesas do Poder Judiciário, que incluem o TJ e o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, alcançaram R\$ 886,86 milhões, correspondendo a 98% do total de recursos recebidos.

Fonte: Balancete do Fundo de Reaparelhamento da Justiça — dezembro/2009 — SIGEF.

Em R\$

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA E RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA — EXERCÍCIO DE 2009

RECEITAS	VALOR
RECEITAS CORRENTES	106.710.492,46
Receitas Patrimoniais	8.583.620,64
Receita de Serviços	20.434.007,21
Outras Receitas Correntes	77.895.520,46
(-) Deduções Receitas Correntes	(202.655,85)
COTA RECEBIDA — GRJ (125) TAXA JUDICIÁRIA	1.658.935,96
REPASSE RECEBIDO	2.719.487,42
TOTAL	111.088.915,84

O Tribunal de Contas também possui outras receitas para compor o caixa. Em 2009, o órgão alcançou R\$ 136,60 milhões em recursos financeiros — R\$ 101,6 milhões oriundos da participação da RLD (1,3%).

Em R\$

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS — EXERCÍCIO DE 2009

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	VALOR
Participação na RLD (1,30%)	101.662.325,57
Rendas de Aplicações Financeiras	2.676.220,81
Indenizações e Restituições	145.940,73
Cotas de Convênios	100.000,00
Repasso Recebido FUNDOSOCIAL	3.049.722,99
Repasso Recebido Seitec — FUNCULTURAL	495.832,86
Repasso Recebido Seitec — FUNTURISMO	758.830,96
Repasso Recebido Seitec — FUNDESORTE	655.597,86
TOTAL (I)	109.544.471,78
Descentralização Créditos Orçamentários — IPREV (II)	26.537.494,31
TOTAL GERAL (I+II)	136.081.966,09

Fonte: Balancete TCE/SC — dezembro/2009 — SIGEF.

A análise da execução orçamentária do Tribunal de Contas aponta que a despesa realizada correspondeu a 93,82% do total de recursos recebidos.

Em R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO TRIBUNAL DE CONTAS — EXERCÍCIO DE 2009

ESPECIFICAÇÃO	VALORES
Despesa Realizada	127.669.769,56
Despesas Correntes	127.669.769,56
Pessoal e Encargos Sociais	119.685.974,80
Outras Despesas Correntes	64.261.516,64
Despesas de Capital	55.424.458,16
Investimentos	7.983.794,76
Total	127.669.769,56

Fonte: Balancete do Razão do Tribunal de Contas do Estado — dezembro/2009.

A análise da movimentação financeira do Ministério Público leva em consideração a existência de três fundos específicos. Em 2009, o MPSC obteve receita de R\$ 324,50 milhões em transferências. Neste número, não estão incluídos os valores do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (R\$ 2,08 milhões), Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (R\$ 287,9 milhões) e Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público (R\$ 19,25 milhões).

Em R\$

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO — EXERCÍCIO DE 2009

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	VALOR
Participação na RLD (3,10%)	242.425.545,64
Rendas de Aplicações Financeiras	3.639.852,86
Indenizações e Restituições	110.939,65
Acordo de Cooperação Técnica	3.000.000,00
Taxa de Concurso	392.722,49
Repasse Recebido FUNDOSOCIAL	7.250.950,81
Repasse Recebido Seitec — FUNCULTURAL	1.182.370,68
Repasse Recebido Seitec — FUNTURISMO	1.809.519,92
Repasse Recebido Seitec — FUNDESORTE	1.563.348,83
TOTAL (I)	R\$ 261.375.250,88
Descentralização Créditos Orçamentários — IPREV (II)	R\$ 63.127.009,85
TOTAL GERAL (I+II)	R\$ 324.502.260,73

As despesas empenhadas do Ministério Público, por sua vez, foram de R\$ 284,53 milhões.

Em R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO MINISTÉRIO PÚBLICO — EXERCÍCIO DE 2009

ESPECIFICAÇÃO	MP	FUNDO ESP. C. EST. APERF. F. MINIST. PÚBLICO	FUNDO ESP. REAP. E MODERN. DO MP	FUNDO RECON. DE BENS LESADOS	TOTAL
Despesa Realizada	284.538.479,30	43.980,09	12.648.995,36	177.947,06	297.409.401,81
Despesas Correntes	284.298.458,32	43.980,09	9.022.925,53	177.947,06	293.543.311,00
Pessoal e Encargos Sociais	186.591.360,49	0,00	0,00	0,00	186.591.360,49
Outras Despesas Correntes	97.707.097,83	43.980,09	9.022.925,53	177.947,06	106.951.950,51
Despesas de Capital	240.020,98	0,00	3.626.069,83	0,00	3.866.090,81
Investimentos	240.020,98	0,00	3.626.069,83	0,00	3.866.090,81
Total	284.538.479,30	43.980,09	12.648.995,36	177.947,06	297.409.401,81

Fonte: Relatório SIGEF — Execução Orçamentária MP e Fundos — dezembro/2009.



Responsabilidade fiscal

Em vigor desde maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem como objetivo principal a mudança de cultura na gestão pública, deixando para trás um perfil burocrático em prol de um modelo no qual se destaca o papel de gerenciador. A instituição de parâmetros para o controle financeiro do Estado, por meio do corte de gastos com a redução do endividamento e das despesas com os servidores, por exemplo, traduz-se, na prática, em um conceito bem simples: os administradores podem gastar somente aquilo que arrecadam.

Esse código de conduta deve ser seguido pelos administradores públicos de todo o país, sob o risco de sofrerem sanções criminais que preveem inclusive detenção e reclusão.

Funções dos Poderes e órgãos

PODER EXECUTIVO

É aquele exercido pelo governador do Estado com o auxílio dos secretários. A Constituição Estadual, respeitando os princípios da Carta Federal, determina quais são as competências do governador. De forma resumida, tem como função executar leis e administrar os negócios públicos no interesse do Estado.

PODER LEGISLATIVO

Responsável pela proposição e apreciação de leis, é exercido pela Assembleia Legislativa, composta, em Santa Catarina, por 40 deputados. Além disso, também é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos órgãos e entidades da administração pública.

PODER JUDICIÁRIO

Representado, em Santa Catarina, pelo Tribunal de Justiça, é responsável por aplicar a lei como forma de assegurar a soberania da Justiça e a realização dos direitos individuais nas relações sociais.

TRIBUNAL DE CONTAS

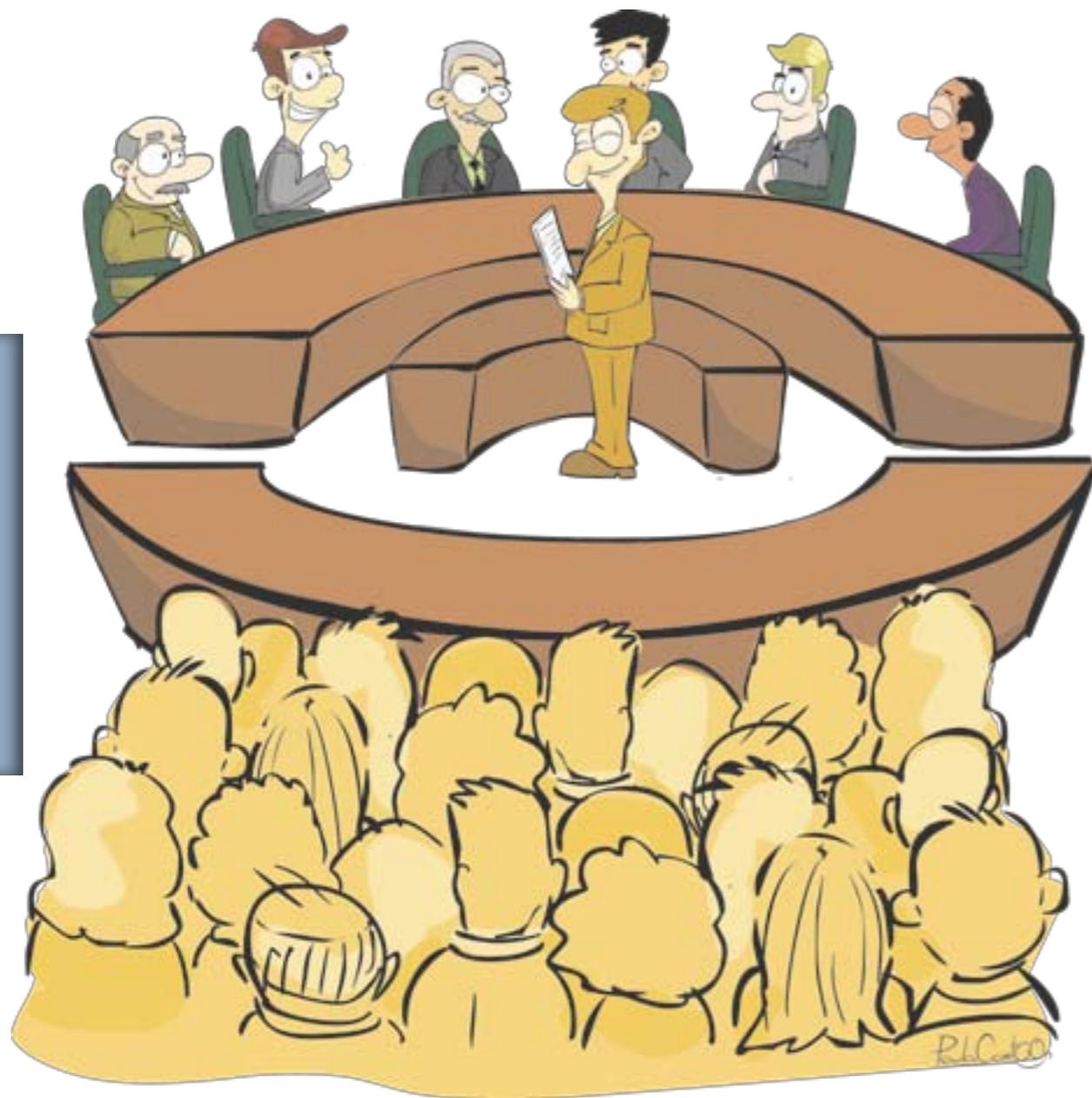
Entre as principais atribuições, definidas pela Constituição Estadual, estão a apreciação anual das contas prestadas pelo governador do Estado e pelos prefeitos municipais e o julgamento das contas dos administradores e outros responsáveis pelos recursos públicos. O TCE/SC auxilia a Assembleia Legislativa no exercício do controle externo, mas não tem qualquer subordinação hierárquica ou administrativa a ela.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Tem como função principal fiscalizar o cumprimento da lei, defendendo os direitos da sociedade e, para isso, envolve-se em causas que são de interesse coletivo e não naquelas que possam beneficiar uma pessoa ou um grupo isolado. É uma instituição independente dos poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário.

UDESC

Criada em 20 de maio de 1965, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina é uma das mais conceituadas e disputadas do Brasil. Tem uma atuação voltada à vocação socioeconômica nas regiões onde está inserida por meio de seis campus: Florianópolis, Joinville, Lages, Oeste Catarinense, Ibirama e Laguna.



Parecer do Tribunal

Conclusão da apreciação, realizada em sessão extraordinária de 02/06/2010 das contas do exercício de 2009 prestadas pelo Governador do Estado de Santa Catarina

Processo nº PCG-10/00147123

Assunto: Prestação de Contas do Governador — Exercício de 2009

Responsável: Luiz Henrique da Silveira — Governador do Estado

Unidade: Governo do Estado

Parecer Prévio: Conclusão

CONSIDERANDO que o art. 59, I, da Constituição do Estado estabelece que compete ao Tribunal de Contas “apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, as quais serão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento”;

CONSIDERANDO que as Contas referentes ao exercício de 2009 foram prestadas pelo Governador do Estado de Santa Catarina dentro do prazo constitucional (art. 71, IX, da CE);

CONSIDERANDO os Relatórios apresentados pela Diretoria de Contabilidade Geral e pela Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO que as Contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das

demonstrações técnicas de natureza contábil, incluem, além das suas próprias, as do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como as do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, de forma consolidada, em cumprimento aos arts. 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar (federal) nº 101/00;

CONSIDERANDO a análise realizada pela DCE, em especial pela Divisão de Contas Anuais do Governo deste Tribunal, acerca da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, na qual ficou evidenciado que as peças e demonstrações contábeis integrantes das Contas Anuais do exercício de 2009, quanto à forma, no aspecto genérico, estão de acordo com os princípios e normas gerais de Direito Financeiro e de Contabilidade Pública, estabelecidos na Lei (federal) nº 4.320/64 e na legislação federal e estadual vigentes, e, quanto ao conteúdo, de modo geral e até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2009, com as ressalvas e recomendações contidas nesta Decisão;

CONSIDERANDO o exame do Corpo Técnico acerca da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em consonância com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

CONSIDERANDO as informações complementares encaminhadas pelos Poderes e Órgãos, por solicitação do Relator, e analisadas pela DCE, em especial pela Divisão de Contas Anuais do Governo;

CONSIDERANDO as contrarrazões apresentadas pelo Poder Executivo no exercício do contraditório, previsto no art. 78 do Regimento Interno do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO que as Contas apresentadas, referentes ao exercício de 2009, de modo geral, atenderam aos princípios nortea-

dores da Administração Pública condizentes à legalidade e à legitimidade, excetuadas as falhas e deficiências anotadas;

CONSIDERANDO que as ressalvas e recomendações indicadas nesta deliberação, embora não impeçam a aprovação das Contas do Governo, relativas ao exercício de 2009, requerem a adoção das medidas saneadoras pertinentes;

CONSIDERANDO a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPTC nº 2.816/10 (arts. 108, II, da Lei Complementar nº 202/00 e 74 do Regimento Interno);

CONSIDERANDO que é da competência exclusiva da Assembleia Legislativa, conforme determina o art. 40, IX, da Constituição Estadual, julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; e

CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais do exercício de 2009, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, não obstam nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, e 59, II, da Constituição Estadual,

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto nos arts. 1º, I, 47 e 49 da Lei Complementar (estadual) nº 202/00,

É DE PARECER que o Balanço Geral do Estado de Santa Catarina representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e

patrimonial em 31 de dezembro de 2009, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Estadual, estando, assim, as contas prestadas pelo Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, em condições de serem APROVADAS, com as ressalvas e recomendações abaixo, pela Augusta Assembleia Legislativa:

1 RESSALVAS

1.1 INATIVOS DA EDUCAÇÃO CONSIDERADOS NO GASTO MÍNIMO

Inclusão dos gastos com inativos da Educação para efeito de cálculo do percentual mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos, a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

1.2 INATIVOS DA SAÚDE CONSIDERADOS NO GASTO MÍNIMO

Inclusão dos gastos com inativos da Saúde para efeito de cálculo do percentual mínimo de 12% das receitas resultantes de impostos, a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF.

1.3 APLICAÇÃO A MENOR NO ENSINO SUPERIOR

Reincidência quanto à não aplicação do mínimo exigido em assistência financeira a alunos do ensino superior, contrariando o disposto no art. 170 da Constituição do Estado, regulado pela Lei Complementar nº 281/05 e alterações posteriores.

1.4 FATO ECONÔMICO NÃO REGISTRADO

Ausência de registro contábil atualizado da dívida para com a Defensoria Dativa, contrariando o disposto no art. 85 da Lei (federal) nº 4.320/64 e princípios fundamentais de contabilidade aplicados aos registros contábeis, previstos na Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, em virtude da contabilização não demonstrar a totalidade dos valores devidos à OAB a título de serviços de defensoria dativa.

1.5 QUANTO AO SEITEC

1.5.1 VINCULAÇÃO DE RECEITAS DE IMPOSTOS A FUNDOS

Vinculação, através do SEITEC, de receitas de impostos a Fundos que, embora autorizada por lei, não está em consonância com o disposto no art. 167, IV, da Constituição Federal.

1.5.2 CONTABILIZAÇÃO INCORRETA DE RECEITA TRIBUTÁRIA COMO CONTRIBUIÇÃO

Contabilização inadequada das receitas arrecadadas pelos Fundos que compõem o SEITEC, contrariando o disposto no art. 11 da Lei (federal) nº 4.320/64 e o art. 4º da Lei nº 13.336/05.

2 RECOMENDAÇÕES

2.1 EXCLUSÃO DOS GASTOS COM INATIVOS DO MÍNIMO EXIGIDO EM ENSINO E SAÚDE

Que seja mantida, no exercício de 2010, a redução dos gastos com inativos da Educação e da Saúde, para efeito de cálculo dos percentuais mínimos das receitas de impostos a serem aplicados nessas funções, em atenção às insistentes recomendações feitas pelo Tribunal de Contas na apreciação das contas de Governo.

2.2 APERFEIÇOAMENTO NO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Que os instrumentos de planejamento — PPA, LDO e LOA — guardem compatibilidade entre si e que as metas físicas e financeiras observem a realidade financeira do Estado, levando em consideração as efetivas realizações ocorridas nos anos anteriores, em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar (federal) nº 101/00.

2.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Que os recursos do Salário-Educação arrecadados no exercício sejam durante este aplicados, evitando-se a ocorrência de saldos financeiros nessa fonte.

2.4 EQUACIONAMENTO DA DÍVIDA DA INVESC

Que sejam estabelecidas políticas voltadas à solução do crescente prejuízo gerado anualmente pela INVESC, em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar (federal) nº 101/00.

2.5 ENCERRAMENTO DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS

Que sejam agilizados os processos de liquidação das empresas CO-DISC e REFLORESC, de forma a evitar a acumulação de prejuízos, em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar (federal) nº 101/00.

2.6 CANCELAMENTO DE DESPESAS LIQUIDADAS

Que sejam canceladas despesas liquidadas somente em casos excepcionais e devidamente justificados, haja vista que, nessa condição, o empenho já criou para o Estado obrigação de pagamento, conforme disposto nos arts. 60 a 63 da Lei (federal) nº 4.320/64.

2.7 REAVALIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS

Que seja promovida a reavaliação patrimonial dos bens móveis e imóveis do Estado, de forma que a contabilidade evidencie a correta composição do patrimônio, em atendimento aos princípios fundamentais da contabilidade, estabelecidos na Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade.

2.8 REAVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Que seja reavaliada a composição da prestação de contas para incluir dados e indicadores de desempenho da gestão pública e do desenvolvimento econômico e social do Estado.

2.9 AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Que se proceda à avaliação sistemática da prestação de serviços públicos, no tocante à regularidade, à continuidade, à eficiência, à segurança, à atualidade, à generalidade e à cortesia, nos termos do art. 89 da Lei Complementar nº 381/07.

2.10 SEITEC

Que sejam revistos os mecanismos de controle do Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (SEITEC).

2.11 QUANTO AO FUNDOSOCIAL

2.11.1 VINCULAÇÃO DE RECEITAS DE IMPOSTOS AO FUNDO

Que não sejam vinculadas receitas de impostos a Fundos, em consonância com o disposto no art. 167, IV, da Constituição Federal;

2.11.2 CONTABILIZAÇÃO INCORRETA DE RECEITA TRIBUTÁRIA COMO CONTRIBUIÇÃO

Que as receitas arrecadadas pelo FUNDOSOCIAL, de natureza tributária, não sejam contabilizadas como receita de “Contribuições”, haja vista o disposto no art.11 da Lei (federal) nº 4.320/64;

2.12 REPERCUSSÃO DOS VALORES DE APLICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Que seja verificada a repercussão dos valores de aplicação no Ensino Superior destinadas à assistência financeira conforme prevê a Lei Complementar nº 281/05.

Plenário do TCE/SC, em 02 de junho de 2010.

Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall
Presidente

Conselheiro César Filomeno Fontes
Relator

Conselheiro Salomão Ribas Junior

Conselheiro Julio Garcia

Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior

Fui presente: **Mauro André Flores Pedrozo**
Procurador-Geral do Ministério Público
junto ao Tribunal de Contas do Estado

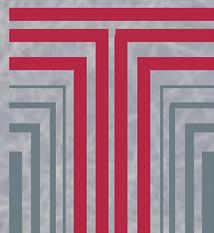
Análise das contas prestadas pelo Governador do Estado referentes ao exercício 2009

Relator

Conselheiro César Filomeno Fontes

Equipe Técnica

Luiz Carlos Winsintainer (Chefe de Gabinete do Relator), Evândio Souza (Diretor/DCE), Névelis Scheffer Simão (Coordenador/DCE), Sidney Antônio Tavares Júnior (Chefe de Divisão de Contas Anuais de Governo/DCE), Alessandro de Oliveira, Alcindo Cachoeira, Daniel Cardoso Gonçalves, Hamilton Marques Filho, Juvêncio Rodrigues Lopes, Kliwer Schmitt, Marcelo da Silva Mafra, Mauri Pereira Júnior, Moisés Höegenn, Paulino Furtado Neto, Paulo João Bastos, Raulino Romalino Castilho e Sérgio Luiz Martins



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

RECURSOS

